



CAIXA
ECONÓMICA
DA MISERICÓRDIA
DE ANGRA DO HEROÍSMO



Relatório e Contas 2015

Apresentado pelo Conselho de Administração da CEMAH
Assembleia Geral
21 de março de 2016



CRC de Angra do Heroísmo n.º 18 | NIPC 512 004 803
Capital Social: 18.122.460,80€
Sede Social: Rua Direita n.º 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo
Tel.: +351 295 401 300 Fax: +351 295 403 131
www.cemah.pt

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	2
Indicadores Relevantes	5
Enquadramento Macroeconómico	7
Governo Societário	12
Compliance.....	20
Gestão do Risco	22
Auditoria Interna	23
Recursos Humanos	25
Planeamento e Controlo de Gestão	28
Atividade Comercial	29
Sistemas de Informação.....	34
Apoio Logístico e Administrativo	36
Análise Financeira.....	37
Considerações Finais.....	42
Proposta de Aplicação de Resultados.....	44
Demonstrações Financeiras	46
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	52
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	148
Certificação Legal de Contas	150

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Excelentíssimos Membros da Assembleia Geral,

O ano de 2015 marca a vida da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) em dois planos distintos, mas que têm (e terão) efeitos muito significativos na Instituição:

- A alteração estatutária, de há muito reclamada e que veio posicionar a CEMAH num novo enquadramento legal, com órgãos societários – Assembleia Geral e Conselho Fiscal – separados da sua Instituição Titular, seguindo assim as diretrizes do Banco de Portugal e da Autoridade Bancária Europeia;
- A alteração do novo regime jurídico, que vem possibilitar a transformação da Instituição em caixa económica bancária, determinando mais uma nova etapa na sua já centenária vida, e posicionando-a de forma cada vez mais comparável a qualquer outra instituição de crédito, nomeadamente pela possibilidade de alargar o leque de operações bancárias a desenvolver pela CEMAH e na abertura do seu capital por via de transformação em sociedade anónima.

O atual Conselho de Administração, que iniciou funções a 10 de fevereiro do corrente ano, em cumprimento com o previsto no Código das Sociedades Comerciais, submete à Vossa apreciação o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Não obstante o presente relatório referir-se a um período em que outros membros dos órgãos de administração e fiscalização tiveram a missão de dirigir e fiscalizar a Instituição, considero que a solução de continuidade da gestão permitiu, de forma privilegiada, não apenas o conhecimento efetivo da gestão no ciclo/exercício, como também o relacionamento e o diálogo interativo com os órgãos cessantes, pelo que, estou em crer que, apesar das diferenças naturais de estilo na apresentação dos diversos assuntos, os conteúdos refletem com rigor e aproximação efetiva o que foi a atividade da CEMAH em 2015.

Assim, e no que concerne ao desempenho da Instituição, salientaria os indicadores seguintes:

- Depósitos, no valor global de 343.095 milhares de Euro, o que representa um crescimento de 10% face a 2014;

- Crédito (bruto), no valor de 213.055 milhares de Euro, e uma variação positiva de 7% face a 2014;
- Rácio de transformação de 60,8%, o que compara favoravelmente com a média do mercado;
- Rácios de capital confortáveis, tendo-se situado o *Common Equity Tier 1* em 10,2%, perante um mínimo regulatório de 7%;
- Resultado líquido do exercício de 548.928 Euro, mas que fica afetado da dedução de 446.525 Euro relacionados com o Fundo de Pensões, referentes, em grande parte, ao plano de amortização de 7 anos definido com o Regulador e que termina precisamente em 2015 (sendo a componente de desvios atuariais pouco expressiva).

Posto isto, a CEMAH obtém, num ano de crise e atipicidade dos mercados financeiros, um resultado distribuível de 102.403 Euro, o que resultaria, em circunstâncias normais, na distribuição de um dividendo de cerca de 25.600 Euro à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a Instituição Titular da CEMAH, conforme estatutariamente instituído.

Porém, e conforme explicitado no relatório em diversas perspetivas, o contexto atual de extrema volatilidade e de comportamento dos mercados sem precedente de comparação, exige, quer da Administração e da Alta Direção da CEMAH, quer do próprio Regulador e Supervisor, o máximo conservadorismo. Nesse enquadramento, é então recebida, a 16 de fevereiro p.p., uma recomendação do Banco de Portugal no sentido de retenção preferencial de dividendos, exceto em circunstâncias em que as instituições de crédito supervisionadas consigam demonstrar o cumprimento cabal, continuado e prospetivo de todos os requisitos e rácios prudenciais – essenciais – aplicáveis hoje e até à total implementação da nova Diretiva de Capital (Diretiva 2013/36/EU e Regulamento (UE) n.º 575/2013).

Dadas as circunstâncias idiossincráticas e sistémicas aplicáveis, os resultados do exercício serão, portanto, até demonstração do contrário, retidos e incorporados na capitalização da Instituição, em virtude dos princípios de sustentabilidade enunciados, pelo que, será retomada a libertação de meios através de dividendos para ajudar a cofinanciar a importante e relevante obra social da sua Instituição Titular, na medida que for apropriado e aceite do ponto de vista prudencial.

Adicionalmente, e considerando que no dia 26 de abril próximo a Instituição celebrará o seu 120.º ano de atividade, gostaria ainda de citar o prefácio do livro “Recordar 100 anos”, a propósito da celebração do seu centenário: “*Quando em 1896 um conjunto de ilustres*

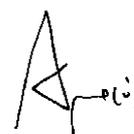
*angrenses decidiu constituir a Caixa Económica da Misericórdia de A. H., suprimindo na época a inexistência de estabelecimentos bancários na Ilha, dificilmente imaginariam a longevidade do seu projeto. O que é facto, é que esta Instituição de Crédito, nascida na Monarquia, atravessando a 1.ª República, o estado Novo e o 25 de Abril e inserida numa Europa em integração económico e social, consolidou-se e afirmou-se como um importante valor coletivo desta universal cidade de Angra do Heroísmo”; e, mais adiante, ainda no mesmo prefácio “(...) ao pertencer à SCMAH, Irmandade portadora de um vasto património e de uma natural obra de ajuda ao próximo, sente-se possuída de um especial estatuto e de uma forte motivação para a obtenção de resultados destinados ao co-financiamento do seu Plano de Atividades”. E, daí, em tom de conclusão, afirmar convictamente que é na conjugação deste feliz binómio serviço e adaptação com o natural *bom senso* – que deve imperar acima de tudo – que reside o segredo para a longevidade da CEMAH.*

É neste espírito que tomo a liberdade de assumir pela Instituição, mas também por mim, a título individual, uma vez que presido ao Conselho de Administração, a missão de, com os meus pares, assegurar a definição e persecução de uma estratégia alicerçada no desenvolvimento sustentado, para o presente e para o futuro, contribuindo para a dignificação e fortalecimento do sistema financeiro, e do espaço económico em que nos situamos, em particular – a Região Autónoma dos Açores.

Não poderia terminar esta mensagem sem antes agradecer, de forma entusiástica, a todos os colaboradores da CEMAH pelo esforço, dedicação, empenho e profissionalismo, nem sem deixar uma palavra sincera de agradecimento aos seus órgãos sociais, e à pessoa do Provedor da SCMAH pela relevante e decisiva intervenção no processo de diálogo com o Supervisor, que culminou numa bem-sucedida alteração estatutária e consequente recomposição dos órgãos societários.

Uma palavra de especial apreço aos nossos clientes pela confiança depositada, sem os quais não teria sido possível o alcance de quaisquer objetivos.

Por último, uma palavra de reconhecimento aos membros do Conselho de Administração cessante, por terem sabido manter a CEMAH numa trajetória de crescimento sustentado, apesar da difícil conjuntura e das adversidades a que o setor bancário foi sujeito nos últimos anos.



António Maio

Indicadores Relevantes

		31-dez-2015	31-dez-2014
Dimensão	Ativo Líquido (milhares de Euro)	372.065	343.966
	Colaboradores Ativos	104	103
	Balcões	13	13
Atividade (1)	Crédito (Bruto) a Clientes (milhares de Euro)	213.055	199.016
	Recursos de Clientes (milhares de Euro)	343.094	313.125
Capital (2)	Rácio Fundos Próprios Totais	10,3%	10,7%
	<i>Tier 1</i>	10,2%	10,7%
	Rácio CET 1 (<i>Common Equity Tier 1</i>)	10,2%	10,7%
Qualidade do Crédito (3)	Crédito com incumprimento / Crédito Total	3,8%	3,2%
	Crédito com incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	1,1%	0,3%
	Crédito em Risco / Crédito Total	7,0%	7,3%
	Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	4,4%	4,5%
Rendibilidade	Produto Bancário (milhares de Euro)	8.255	10.224
	Resultado Líquido (milhares de Euro)	549	-342
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido	0,2%	-0,1%
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido Médio	0,2%	-0,1%
	Produto Bancário / Ativo Líquido	2,2%	3,0%
	Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	2,5%	3,1%
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios	3,3%	-2,1%
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	2,9%	-1,9%
Eficiência	<i>Cost-to-income</i> (4)	76,6%	62,8%
	Custos com Pessoal / Produto Bancário	43,4%	34,0%
Transformação e Liquidez	Rácio de Transformação (3)	60,8%	62,1%
	Liquidez a 12 Meses (milhares de Euro) (5)	170.490	163.903

1 Valores de balanço

2 De acordo com as regras CRD IV/CRR

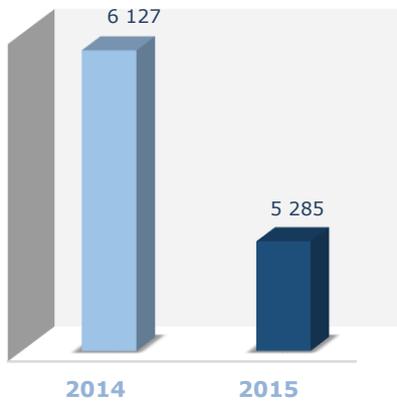
3 De acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, na versão vigente

4 Correspondente a: (Custos de Funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário

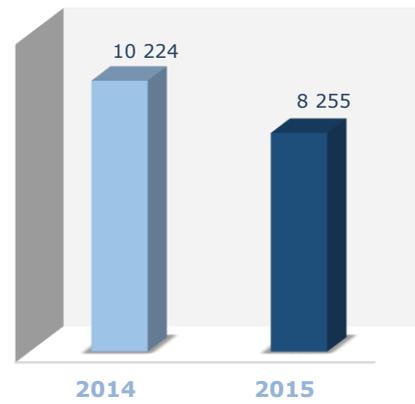
5 De acordo com a Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, na versão vigente

Destques

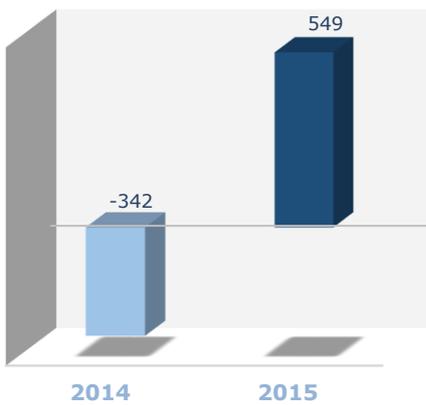
**Margem Financeira
(milhares de Euro)**



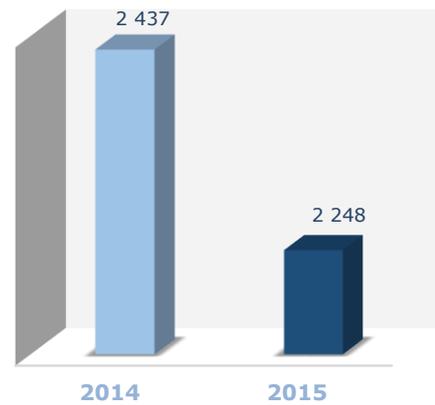
**Produto Bancário
(milhares de Euro)**



**Resultado Líquido
(milhares de Euro)**



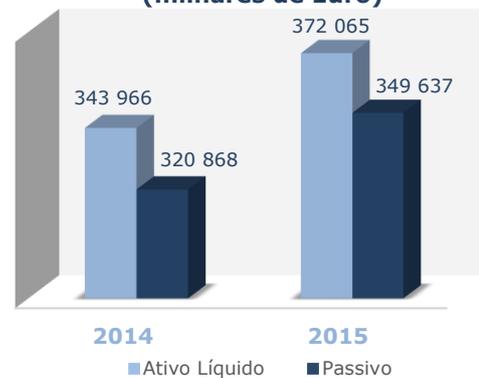
**Gastos Gerais Administrativos
(milhares de Euro)**



**Crédito e Recursos de Clientes
(milhares de Euro)**



**Ativo Líquido e Passivo
(milhares de Euro)**



Enquadramento Macroeconómico

Ao longo do ano de 2015 ocorreram importantes acontecimentos à escala global, que tiveram impacto em toda a economia mundial e, por consequência, nos mercados financeiros onde a CEMAH se encontra inserida.

Salientam-se, pela sua repercussão: *i)* a crise política grega e a incerteza sobre o futuro da sua posição no âmbito da União Europeia (UE) e da Zona Euro (que se prolongaram pelo primeiro semestre) e que levaram ao controlo de capitais no país, acabando com a cedência à austeridade; *ii)* a efetivação da já esperada ação do Banco Central Europeu (BCE), com o arranque do programa de *Quantitative Easing* em março - evento crucial para a fixação de taxas Euribor negativas; *iii)* o "terramoto" vivido nas bolsas chinesas fruto da desvalorização da sua moeda e de indicadores de abrandamento da sua economia; *iv)* a vaga de refugiados que afetou uma Europa já de si debilitada; *v)* o caso da manipulação de emissões reconhecido pelos líderes mundiais da construção automóvel; *vi)* a desvalorização contínua dos preços do petróleo, e da generalidade das matérias-primas; e, *vii)* a intervenção dos bancos centrais das maiores economias mundiais, destacando-se a subida das taxas de juro nos Estados Unidos da América (EUA).

No contexto nacional importa destacar a agitação política registada no último trimestre de 2015, com o inusitado desfecho das eleições legislativas de outubro, o chumbo no Parlamento do governo eleito com maioria relativa, e a posterior nomeação do Primeiro-Ministro com o apoio parlamentar maioritário dos partidos de Esquerda. No setor financeiro, e pela importância que teve no mercado em que a CEMAH está inserida, é de destacar o processo de resolução do BANIF e posterior venda dos ativos saudáveis ao Santander Totta, já perto do final do ano.

Analisando os indicadores económicos, influenciados pelos acontecimentos acima descritos, observa-se que no que respeita aos maiores blocos económicos mundiais – UE, EUA, China e Japão –, os comportamentos das suas economias foram díspares, uma vez que apesar de todas as economias terem registado expansões anuais, os ritmos de crescimento foram diferentes. Concretizando: a economia da UE (28 países) cresceu 1,8%, ao passo que a Zona Euro registou uma apreciação de 1,5%; os EUA, que se encontram já numa fase de ciclo económico diferente da Europa (em dezembro a Reserva Federal tomou a decisão de subida de taxas de juros, depois de 8 anos de políticas monetárias expansionistas), registaram em 2015 um crescimento de 2,4%; a China, apesar de se destacar dos restantes blocos com uma taxa de crescimento no ano em questão de 6,9%, preocupa os mercados internacionais, já que o valor registado é o mais baixo dos últimos 25 anos; em posição inversa encontra-se o Japão que apenas conseguiu crescer 0,4%.

Importa, ainda, relevar a evolução das taxas do mercado interbancário, que pela primeira vez assumiram valores negativos, influência direta da ação do BCE (ver **Gráfico 1**).

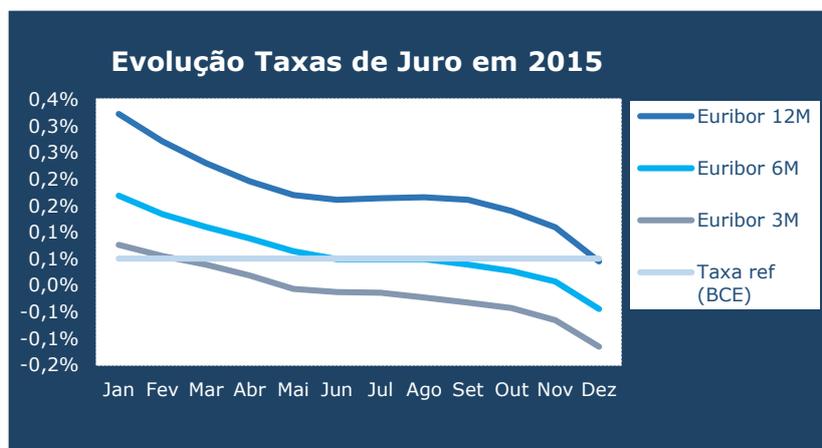


Gráfico 1 – Evolução das Taxas de Juro em 2015
Fonte: Euribor-rates.eu

Na prática, apesar da “saída limpa” do programa da Troika, em 2014, Portugal tem continuado com um doloroso ajustamento desde o resgate financeiro em 2011. Analisando os dados apurados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), observa-se que a economia nacional cresceu 1,5%, que compara com um crescimento de 0,9% em 2014, fruto de um contributo superior da procura interna (por via do consumo privado) face ao ano anterior, e da manutenção do crescimento das exportações, que todavia desaceleraram no segundo semestre do ano. Em sentido inverso assistimos a um desacelerar do investimento, face ao período homólogo.

Apesar da tendência decrescente da taxa de desemprego nos últimos anos, esta permanece como uma das maiores preocupações que a economia nacional enfrenta. No 1.º trimestre de 2015 registou-se o valor de 13,7%, que diminuindo nos trimestres subsequentes, inverte a tendência no final do ano, terminando nos 12,1% (ver **Gráfico 2**).

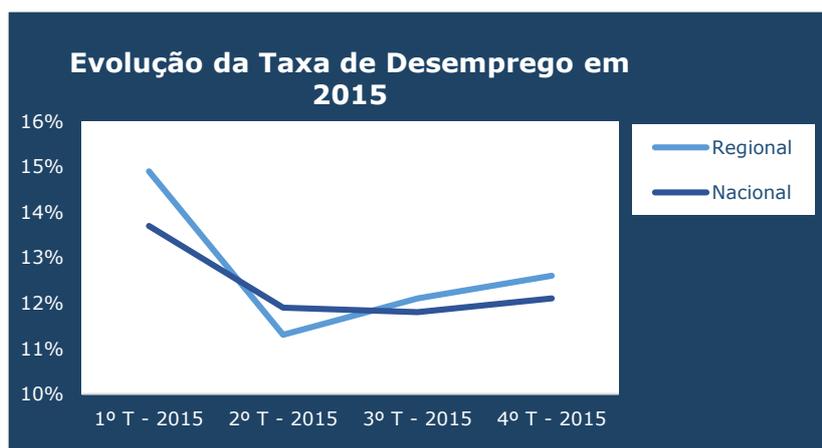


Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal Continental e na RAA.
Fonte: INE; SREA

Quanto ao comportamento dos preços, a nível nacional registou-se ao longo do ano um aumento da taxa média de inflação, que no final do 1.º trimestre apresentava um valor negativo (-0,1%), registando em dezembro o valor de 0,5% (ver **Gráfico 3**), resultando numa taxa média anual de 0,5%, que compara com a registada na Zona Euro de 0,0%, muito longe do objetivo de estabilização da inflação, inferior mas próximo dos 2%, preconizado pelo BCE.

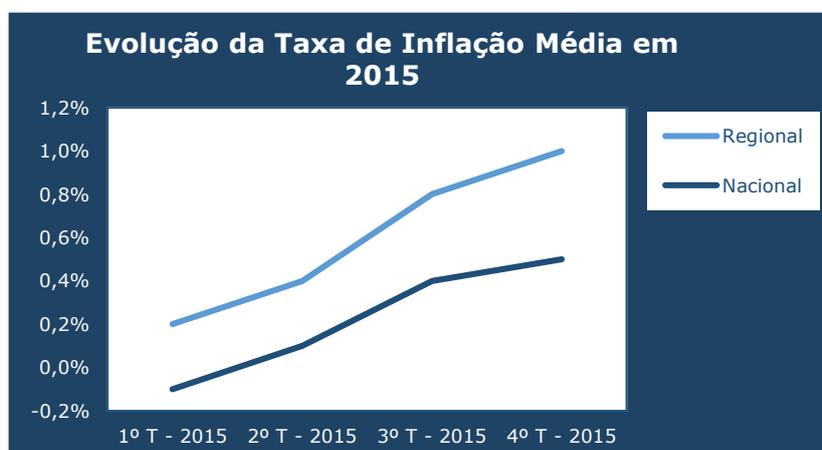


Gráfico 3 – Evolução da taxa de inflação média em Portugal Continental e na RAA.
Fonte: INE; SREA

No que concerne à situação da Região Autónoma dos Açores (RAA) e tendo por base os dados divulgados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), constata-se uma evolução favorável da economia açoriana, com o Indicador de Atividade Económica a variar positivamente no conjunto do ano em 3,7%.

À semelhança da realidade nacional, um dos desafios que a Região enfrenta é a elevada taxa de desemprego, no entanto, a sua evolução foi favorável no conjunto do ano, registando a dezembro o valor de 12,6% - que compara com 15,5% registado no final do ano anterior (ver **Gráfico 2**). De frisar a evolução na taxa de desemprego jovem, que no final de 2015 verifica-se nos 39,2%, um valor elevado mas que compara positivamente com os 46% observados no final de 2014.

No que diz respeito à taxa de inflação média registada na Região observou-se uma tendência de aumento dos preços ao longo do ano de 2015, registando este indicador, no final do 4.º trimestre, o valor de 1%. Comparativamente aos valores registados no contexto nacional, a tendência é idêntica, porém num patamar superior (ver **Gráfico 3**).

Relativamente à atividade económica, em análise setorial, destaca-se no setor primário, o aumento de 5,3% da quantidade de leite entregue nas fábricas da Região, no acumulado do ano, atingindo o valor de aproximadamente 610.000 milhares de litros, um máximo histórico de produção para os Açores (sendo de referir a pressão da extinção do regime europeu das quotas leiteiras, bem como as "hostilidades" nas trocas comerciais com a Rússia), e uma evolução negativa no setor das pescas, uma vez que o total de peixe descarregado nas lotas regionais diminuiu cerca de 15%.

No setor secundário, em relação ao período homólogo, observou-se o aumento de 11,2% do leite produzido para consumo, o aumento da produção de leite em pó em 15,2%, a diminuição da produção de queijo na ordem dos 5% e um aumento de 6,3% na quantidade de animais abatidos, com maior expressão no abate de bovinos. No setor da construção civil, por sua vez, há a destacar como positivo o aumento de 14% no licenciamento de edifícios ao longo do ano – advindo das alterações no regime de licenciamento aplicável – apesar da diminuição de 2,6% na venda de cimento face a 2014.

O comportamento dos indicadores no setor terciário foi bastante positivo comparativamente com os valores apurados para 2014, destacando-se um incremento de 27% nas vendas de automóveis novos e os primeiros sinais no Turismo da entrada em vigor da liberalização do espaço aéreo Regional, resultando num aumento do número de hóspedes e de dormidas de, respetivamente, 23,6% e 19,5% tendo sido alcançado um recorde absoluto de dormidas que ascendeu aos 1.272 milhares.

Portanto, o ano de 2015 foi extremamente desafiante e repleto de episódios que poucos ousavam antecipar. O contexto de incerteza generalizada, de abrandamento de economias que até então suportavam a fraca expansão mundial, bem como de pressão sobre as políticas monetárias, veio exigir à CEMAH uma adaptação rápida do seu modelo de negócio

a novas realidades de mercado (como é o caso das taxas Euribor em terreno negativo), nomeadamente através da diversificação da sua estratégia de alocação de liquidez.

Governo Societário

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) é uma caixa económica bancária, de acordo com a recente revisão do Regime Jurídico das Caixas Económicas (pelo Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro), sendo a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo a sua Instituição Titular, presidida pelo Senhor Provedor António Bento Fraga Barcelos.

Esta relação de titularidade, com natureza de participação qualificada, aporta *per si* efeitos no modelo de governo implementado (*i.e.* modelo monista ou “latino reforçado”), sendo que está assegurada a impossibilidade de existirem órgãos sociais comuns entre a CEMAH e a SCMAH, bem como a coincidência na composição dos órgãos sociais de ambas e a possibilidade de ocupação de cargos nos órgãos sociais por inerência.

A governação da CEMAH é assegurada por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas, eleitos em Assembleia Geral para cada mandato de triénio, conforme as composições apresentadas de seguida.

Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino	Presidente
Marco André Forjaz Rendeiro	1.º Secretário
Maria Serafina Meneses Simões	2.º Secretária
<i>Suplentes:</i>	
<i>Teresa Diniz Quadros Costa</i>	<i>1.º Suplente</i>
<i>Anabela Mancebo Gomes</i>	<i>2.º Suplente</i>
<i>Manuel Jorge Silva Melo</i>	<i>3.º Suplente</i>

A Mesa da Assembleia Geral tem como funções dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, e dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio	Presidente
Eduardo Barbosa do Couto	Vice-Presidente
Maria Laurentina Nunes Mendes	Vogal
<i>Suplentes:</i>	
<i>Cláudia Isabel Pereira de Azevedo Pamplona Ramos</i>	<i>1.º Suplente</i>
<i>Carlos Acácio Coelho Rua Elavai</i>	<i>2.º Suplente</i>
<i>Luís Miguel Borges Marcos</i>	<i>3.º Suplente</i>

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio de acordo com o plano estratégico desenvolvido, materializando o definido na visão e missão da Instituição, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e em conformidade com todos os requisitos legais. Compete-lhe também garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

Conselho Fiscal

José António de Azevedo Pereira	Presidente
João Pedro Mendes de Menezes Cardoso	Vogal
Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira	Vogal
<i>Suplentes:</i>	
<i>Sara Brasil Peixoto Lourenço</i>	<i>1.º Suplente</i>
<i>Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins</i>	<i>2.º Suplente</i>

As competências deste órgão de fiscalização são as que decorrem da lei, cabendo, adicionalmente ao Conselho Fiscal, nos termos do Compromisso da SCMAH e dos Estatutos da Instituição, emitir parecer sobre o Relatório e Contas, o Orçamento e o Plano de Atividades, entre outras matérias que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral de 16 de outubro de 2015 foi decidida a nomeação para o cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo, para os últimos 3 meses de 2015 e para o triénio 2016/2018, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *PricewaterhouseCoopers &*

Associados, Lda., representada por António Alberto Henriques Assis e por Carlos Manuel Sim Sim Maia como Revisor Oficial de Contas Suplente.

Importa salientar, conforme referido supra, que, para todos os fins aplicáveis, este relatório captura uma transição de mandatos de órgãos de administração e fiscalização, pelo que em algumas matérias que exijam menção ou pronúncia a mesma poderá ser feita a ambos os órgãos cessantes e empossados, ou subscrita por ambos.

Declaração sobre as Políticas de Remuneração

No âmbito do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, nos Artigos 115.º-C a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (*v.g.* Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou RGICSF) e dos Artigos 14.º a 18.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de dezembro, do Banco de Portugal, nos Artigos 374.º-A, 422.º e 440.º do Decreto-Lei n.º 262/86 (*v.g.* Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente da sua Política de Remuneração, pela Comissão de Remunerações constituída em março de 2014. No entanto, e dada a transição de mandatos capturada no âmbito deste relatório, a avaliação é, no seu conteúdo e conclusões, partilhada pelo Conselho Fiscal em funções à data de publicação do mesmo.

Importa ainda referir que, para efeitos desta declaração, de acordo com a alínea e) do Artigo 2.º do Aviso n.º 10/2011, entende-se por «Política de Remuneração» o *“conjunto de princípios, regras e procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos colaboradores da instituição, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida aos mesmos, incluindo a decorrente do processo de avaliação de desempenho”*, pelo que, para fins desta declaração, será tomado o pacote documental (doravante designado por Política de Remuneração ou Política, exceto nos casos em que a menção seja explícita e especificamente de uma das componentes, de forma individual) composto por:

- Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização de 2015; e
- Política de Remunerações dos Colaboradores de 2015, que abrange todas as pessoas que, na execução de um contrato de trabalho ou de prestação de serviços desempenhem funções no âmbito da atividade desenvolvida pela Instituição e cumpram um dos critérios previstos no n.º 2 do Artigo 1.º (*i.e.* que, não sendo membros dos órgãos de administração e fiscalização, *i*) desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes,

com impacto material no perfil de risco da instituição, ou *ii*) cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização, ou *iii*) exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008).

Sobre essa política interna, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, foram emitidos pareceres por parte das ditas funções de controlo na aceção do Aviso n.º 5/2008 – *Compliance*, Gestão do Risco e Auditoria Interna. Estes foram, por sua vez, considerados na avaliação desenvolvida pela Comissão de Remunerações e cujas conclusões se materializaram num Relatório de Avaliação apropriado e derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:

- I. Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão *event-based* despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos.
- II. (Re)submissão anual da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização pela Comissão de Remunerações à aprovação da Assembleia Geral da SCMAH, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício; em convergência, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração.
- III. Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição *a priori* de componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição); não há lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do Artigo 115.º-E do RGICSF.
- IV. Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização.
- V. Não direito a qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções.

- VI. Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador, de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável estipulada com base no nível de cumprimento dos objetivos definidos, o que no caso das funções de controlo, dependerá apenas da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo; essa componente, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 10% da remuneração total.
- VII. Recebimento por parte dos colaboradores abrangidos pelo n.º 2 do Artigo 1.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no ACT do setor bancário.

O total de remunerações em 2015 ascendeu aos 797.934 Euro, com a seguinte distribuição:

- 110.625 Euro para os órgãos de administração e fiscalização (apenas componente fixa);
- 687.309 Euro para os restantes colaboradores abrangidos pela Política, sendo que, desse montante:
 - 671.837 Euro foram atribuídos a título de remuneração fixa, e
 - 15.472 Euro a título de remuneração variável, abrangendo 17 colaboradores.

Os valores aprovados pela Comissão de Remunerações para gratificação dos membros do Conselho de Administração em funções durante o exercício de 2015, tiveram a seguinte desagregação:

- 54.000 Euro para Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino, Presidente do Conselho de Administração; e
- 45.000 Euro para José Mancebo Soares, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Para os membros do Conselho Fiscal, a referida Comissão ratificou a gratificação anual de 11.625 Euro, em termos agregados, atribuídos sob a forma de senhas de presença a cada um dos membros. Aliás, a remuneração encontrou-se, desde sempre, instituída por meio de senhas de presença, independentemente de o enquadramento ter também evoluído no

sentido de inibir a atribuição de componente variável dado que, para o órgão de fiscalização, essa representaria um incentivo perverso.

Em proporção, as remunerações decompueram-se em cerca de 97,59% de componente fixa e 2,41% de componente variável, em termos médios, tendo a segunda uma distribuição de 2,18% e 2,64% entre diretores (e gerentes) e funções de controlo, respetivamente, o que, do ponto de vista de avaliação de impactos no que concerne a gestão de riscos, capital e liquidez, configura o seguinte panorama:

- o impacto da componente de remuneração variável na gestão da liquidez ascendeu a 0,01%; e
- o impacto em capital ascendeu a 2,82%.

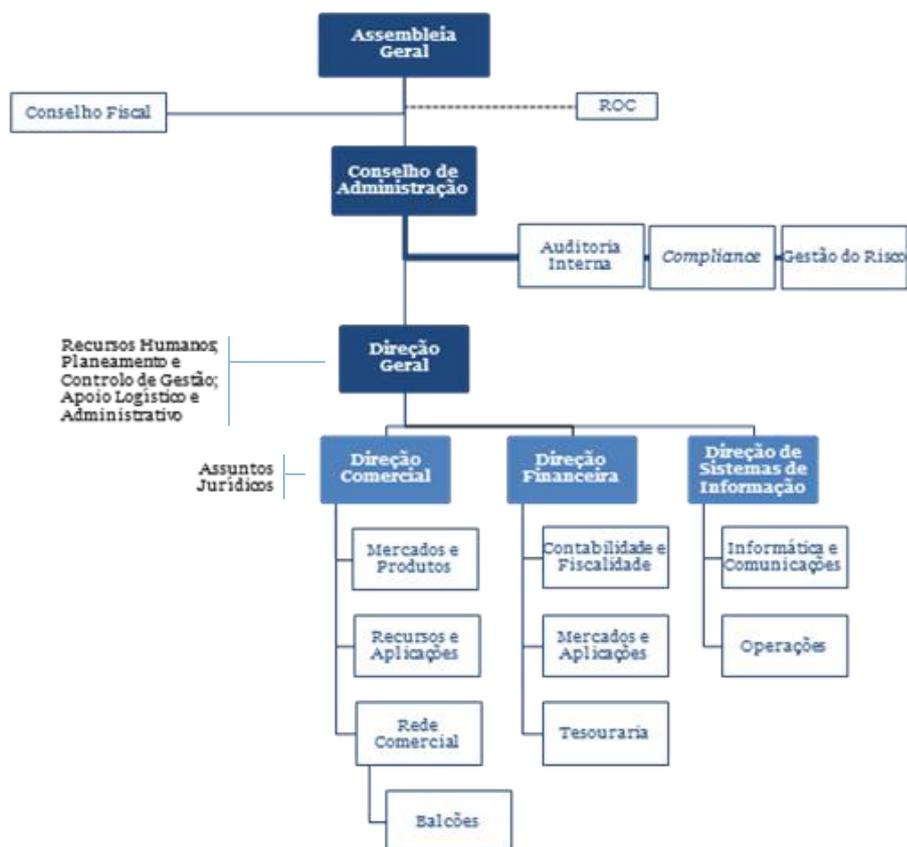
Mais se acrescenta que, num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da SCMAH e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente na CEMAH (e na própria SCMAH), é intenção manter os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, bem como o patamar de remunerações totais substancialmente inferior a contrapartes/ congéneres (e no todo do sistema financeiro), a par de uma componente variável simbólica e imaterial; é certo que esse princípio se reveste de uma interpretação lata do n.º 1 do Artigo 115.º-F do RGICSF.

Devido à sua não aplicabilidade, não é feita, nesta Declaração, referência explícita aos restantes requisitos previstos nos Artigos 16.º e 17.º do Aviso n.º 10/2011.

Posto o supra explanado, conclui-se que a Política é compatível com os interesses a longo prazo da Instituição e da sua Instituição Titular.

Estrutura Orgânica

Ao longo do ano de 2015 não se verificaram alterações na estrutura orgânica da Instituição, que foi alterada pela última vez em outubro de 2014, para a configuração que se apresenta:



Nota: as funções representadas sem delimitação não representam unidades de estrutura departamental, mas sim gabinetes de apoio.

Sistema de Controlo Interno

No exercício de 2015, enquadrado pelas diversas iniciativas regulatórias e supervisivas (e.g. apresentação de conclusões da Auditoria Especial), foi assumida uma estratégia de continuidade no que respeita ao robustecimento das práticas internas e, por inerência, do projeto estratégico de reforço do ambiente de controlo e da melhoria contínua, por via da monitorização do Sistema de Controlo Interno.

Para fins de desenvolvimento dos conceitos e cultura e enraizamento das práticas, o Plano Anual de Formação não apenas incluiu módulos específicos de formação interna sobre o

tema – tanto numa perspetiva de introdução a novos colaboradores como de renovação de competências –, como incorporou um programa específico em matérias de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo destinado a todos os colaboradores, em paralelo à implementação da ferramenta informática.

Apesar da conclusão do projeto de revisão geral de procedimentos em 2014, foi assumido pelo órgão de administração um programa de revisão casuística de alguns procedimentos e controlos de alto nível, nomeadamente relacionados com processos de seleção e avaliação de membros dos órgãos de administração e fiscalização, determinação e atribuição de remunerações e avaliação do desempenho dos colaboradores. Esse projeto, pela importância e complexidade intrínsecas, terá continuidade ao longo de 2016, como parte da estratégica do Plano de Atividades do Conselho de Administração e *bandeira* do mandato 2016/2018.

Do ponto de vista do perfil e políticas de gestão de riscos, mantiveram-se as preocupações de consolidação e atualização, nomeadamente dada a pressão regulamentar e a evolução permanente da terminologia e práticas comumente aceites no sistema financeiro, em particular no que concerne à identificação, mensuração e monitorização do Risco de Mercado.

Por fim, e convindo que nenhum Sistema de Controlo Interno seria sustentável sem alicerces em Sistemas de Informação compatíveis com as características da Instituição e suficientes para permitir a persecução da sua estratégia, tanto do ponto de vista de angariação de negócio como de gestão de riscos e controlo, foram realizados melhoramentos adicionais nas plataformas e ferramentas de suporte ao negócio, à gestão financeira e contabilística (*i.e.* Aplicação Bancária), bem como – e crucial – ao reporte prudencial (*e.g.* *Banking Regulatory Reporting* ou BRR), cujo detalhe poderá ser verificado no capítulo referente a Sistemas de Informação.

Compliance

As sistemáticas alterações e novidades legislativas aplicáveis às instituições de crédito, por força da harmonização das medidas de regulação impostas pela União Europeia e demais instâncias internacionais motivadas pela atual crise financeira, determinam a premência em promover e aprofundar as práticas de *compliance* desenvolvidas pela CEMAH.

Desta forma, a CEMAH comprometeu-se a assegurar a conformidade da sua atividade com os diplomas legais, nacionais e internacionais, reguladores do mercado financeiro, de que são os maiores exemplos, no ano transato, o novo Regime Jurídico das Caixas Económicas, o quadro regulamentar de Basileia III e CRD IV, que prevê diversas alterações, nomeadamente, ao RGICSF, bem como o Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) que, por sua vez, tem por objetivo a prevenção da evasão fiscal por parte de cidadãos Norte-americanos que utilizam instituições financeiras não residentes nos EUA para ocultar os seus rendimentos.

Assim, a CEMAH assumiu o compromisso de continuamente adequar as políticas, os processos e os sistemas que estruturam a sua atividade, promovendo a atualização dos procedimentos internos e apostando na formação dos seus colaboradores, consistindo estas iniciativas em aspetos fundamentais para o enraizamento da cultura de *compliance*.

Destacaram-se, em 2015, as melhorias realizadas, por um lado, nos procedimentos de controlo, ao nível dos reportes para entidades externas e da constante verificação normativa do preçário, e, por seu turno, as políticas internas de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e de titulares de funções essenciais, de primordial importância.

De igual modo, os produtos que a CEMAH oferece aos seus clientes, previstos em documentação disponibilizada a nível externo, foram escrupulosa e sucessivamente revistos por forma a garantir que a CEMAH observasse e adotasse os mais elevados padrões do mercado financeiro. Neste contexto temos que evidenciar o trabalho estrutural que foi desenvolvido com a profunda reforma das condições gerais de abertura de conta visto que constituem um documento basilar para as instituições de crédito na medida em que definem os pressupostos essenciais em que assentará a relação entre estas e os seus clientes. Deste modo, o objetivo foi o de garantir a sua atualidade em relação aos normativos legais em vigor e transmitir a evolução da própria Instituição no que diz respeito à introdução e disponibilização de novos produtos e de novos instrumentos de pagamento aos seus clientes. Julgamos ter conseguido dotar a CEMAH de um documento completo mas de perceção simples para o cliente, juridicamente atual e, finalmente,

revelador do princípio prosseguido pela Instituição de continuamente reinventar-se face às necessidades de satisfação dos seus clientes, bem como à legislação aplicável cada vez mais exigente para o setor bancário.

Em virtude da importância nevrálgica que a temática da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo tem vindo a assumir na vida das instituições bancárias, a CEMAH atuou de forma determinada na melhoria contínua das políticas, práticas e procedimentos internos em vigor, observando todas as obrigações legais que recaem sobre instituições desta natureza e promovendo, simultaneamente, uma garantia de rigor e um aumento da eficácia dos métodos instituídos, por forma a evitar que a Instituição servisse, ainda que de forma indireta ou inconsciente, de instrumento para a prática desses crimes.

Esta ação materializou-se, sobretudo, na otimização contínua e no desenvolvimento consistente de novas funcionalidades da Aplicação de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (Aplicação de PBCFT), implementada no final de 2014 e vital para o minucioso controlo que é ininterruptamente realizado neste âmbito, no reforço de medidas de diligência e na melhoria de reporte de informação para permitir a tomada de decisões atempada e adequada às situações identificadas.

Gestão do Risco

Tendo em conta o perfil de risco conservador da Instituição, a unidade de Gestão do Risco da CEMAH consolidou as atividades que abrangem os processos de identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos a que esta se encontra exposta, tendo em vista o acompanhamento das tendências e melhores práticas do setor.

Realçam-se das atividades da Gestão do Risco a afetação dos seus recursos a projetos que se relevaram como prioritários, como sejam:

- Organização e disponibilização de informação à Supervisão, no cumprimento de regulamentos por esta emanados, bem como por legislação comunitária;
- Apoio no desenvolvimento informático para implementação e cumprimento das exigências de Basileia III/CRD IV;
- Emissão de pareceres sobre propostas de crédito relevantes, bem como nas aquisições de papel comercial e de títulos, determinando o seu impacto no consumo de capital e na exposição total ao risco de crédito;
- Revisão completa da metodologia de análise coletiva de imparidade da carteira de crédito e implementação de melhorias na análise individual, incorporando inclusive as recomendações decorrentes do processo de auditoria especial do Banco de Portugal;
- Desenvolvimento do processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), de modo a assegurar que o nível de fundos próprios é apropriado ao perfil da Instituição;
- Elaboração do Plano de Recuperação, que teve por base a definição de cenários de crise com potencial impacto significativo na situação económica e financeira da CEMAH e contém os procedimentos a adotar para retomar o equilíbrio financeiro e o normal funcionamento do negócio;
- Elaboração do relatório específico de avaliação do risco de sistemas de informação e emissão de relatório intercalar de deficiências do sistema de controlo, no âmbito da gestão do risco operacional.

Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna veio afirmar-se, em 2015, pela sua abrangência e relevância, norteando a sua atividade para a identificação e avaliação de riscos e para a aferição da adequabilidade e eficácia dos controlos, em linha com a estratégia institucional e com a sua planificação trianual e anual de atividades, tendo por enquadramento as práticas profissionais a que se encontra sujeita.

Assinala-se como positiva a concretização do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, com um grau de 89% e uma profundidade determinada pela criticidade dos procedimentos inerentes, decorrendo os ajustamentos sofridos da natural alteração dos pressupostos assumidos, da necessidade de execução de atividades extra Plano, do facto de se encontrarem em curso alterações incidentes impactantes e do próprio alongamento do processo de integração da nova equipa que compõe a Auditoria Interna. O Plano Anual de Formação da Auditoria Interna foi cumprido na íntegra.

São de destacar, concretamente, os trabalhos realizados, em 2015, sobre a abertura e o encerramento de contas, a gestão das reclamações oficiais internas, a gestão de publicações relativas a insolvência ou Planos Especiais de Revitalização (PER), a prevenção do branqueamento de capitais, a avaliação da Política de Remuneração, a avaliação da atividade de recirculação de numerário, a gestão de acessos, a realização de lançamentos manuais, a constituição de histórico da base de dados, a gestão de crédito e de conta, a gestão da continuidade do negócio, a revisão do Plano de Recuperação, a avaliação inicial da adequação individual e coletiva (dos membros) órgãos sociais da CEMAH e, ainda, a validação da contabilização de juros devedores em depósitos à ordem pela Aplicação Bancária.

De registar foram, também, as intervenções efetuadas ao nível do balcão de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, para além da habitual e natural prestação de colaboração à Auditoria Externa da CEMAH e de terceiros.

Garantiu-se, no âmbito das ações efetuadas, a identificação tempestiva de deficiências de controlo ou de outra natureza e o acompanhamento do estado de concretização das medidas corretivas e das recomendações decorrentes, tendo em 2015 sido realizadas ações sobre 9 de 13 áreas funcionais (num total agregado de 10 áreas funcionais diferentes no biénio 2014/2015) e sobre 8 dos 15 processos instituídos (num total acumulado de 9 no biénio 2014/2015). A promoção do rigor, da idoneidade, da ética e da valorização pessoal e profissional foi transversal a todas as ações, num compromisso para com a criação de valor e o melhoramento operacional contínuo da Instituição.

Realça-se, ainda, a implementação de procedimento de avaliação dos auditores pelos auditados, enquanto instrumento de melhoria contínua do trabalho desenvolvido pela função.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Em 2015, no seguimento das políticas e práticas de anos transatos, os valores da generalidade dos indicadores demográficos não sofreram alterações significativas, pelo que, a 31 de dezembro de 2015, a CEMAH contava com um total de 104 colaboradores ativos, com idades e antiguidades médias de, respetivamente, 43 e 16 anos.

A baixa variação resultou essencialmente da reduzida taxa de rotatividade (*turnover*) manifestada pela desvinculação de 4 colaboradores com idades elevadas, compensada pela admissão de 5 jovens colaboradores.

O quadro foi, essencialmente, fortalecido nas funções de controlo, assessoria e apoio logístico.

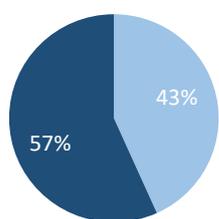
Na tabela abaixo são decompostas estas variações em função do cargo, do género e do balcão/serviço.

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos				
		2015	2014	Var %
Balcões/Serviços	Angra do Heroísmo	13	14	-7,1%
	São Mateus	5	5	0,0%
	Biscoitos	2	2	0,0%
	Hospital	2	2	0,0%
	Praia da Vitória	6	7	-14,3%
	Calheta	4	5	-20,0%
	Velas	4	3	33,3%
	Horta	6	6	0,0%
	Graciosa	6	6	0,0%
	Madalena	6	6	0,0%
	São Roque	2	2	0,0%
	Ponta Delgada	5	4	25,0%
	Centro de Clientes	3	2	50,0%
Serviços Centrais	40	38	5,3%	
Género	Feminino	35	33	6,1%
	Masculino	69	70	-1,4%
Cargo	Assistente	12	9	33,3%
	Chefe setor/secção	7	8	-12,5%
	Diretor	5	5	0,0%
	Funcionário de Balcão	53	55	-3,6%
	Gerente	9	7	28,6%
	Técnico	18	19	-5,3%
Total		104	103	1,0%

Durante o ano de 2015 verificou-se novamente a tendência crescente de aumento efetivo do grau de qualificação dos colaboradores ativos da CEMAH, traduzida pelo aumento de 4% (passando a 43%) da representatividade dos colaboradores com formação superior no conjunto dos funcionários em exercício. Ao nível da distribuição por género, verificou-se um acréscimo de 2% da componente feminina no total dos colaboradores, ascendendo para os 34%.

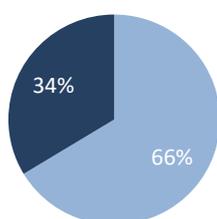
Os gráficos seguintes caracterizam o quadro de pessoal em funções na CEMAH no final do exercício:

Qualificação



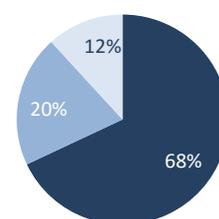
■ Com formação superior
■ Sem formação superior

Género



■ Masculino ■ Feminino

Situação



■ Ativos ■ Reformados ■ Pensionistas

Aos colaboradores ativos somam-se 31 reformados e 18 pensionistas, registando-se um aumento em 7% de reformados e em 6% de pensionistas.

Destaca-se, ainda, a manutenção da parceria efetuada com o Governo Regional dos Açores ao nível dos estágios profissionais, no âmbito do Programa Estagiar, que se concretizou, em 2015, na receção de 16 novos estagiários, dos quais 6, por um período superior a 11 meses.

Esta parceria, para além de representar um estímulo social importante, tem demonstrado ser uma mais-valia indiscutível em termos de apoio e assessoria às diversas áreas funcionais da CEMAH, potenciando a partilha mútua de conhecimentos e experiências e permitindo aferir perfis e talentos *in loco*, numa ótica de seleção e retenção.

Formação

Decorrente do plano estratégico da CEMAH foi implementado o Plano de Formação para 2015 que, além de formações específicas alinhadas com as necessidades individuais

identificadas, abrangeu essencialmente ações de formação nas áreas nucleares e transversais do negócio como sendo a área de crédito, do branqueamento de capitais, de sistemas de informação, de contabilidade, de auditoria e de gestão do risco.

A otimização dos custos associados à formação foi novamente reforçada, através das opções tomadas de preferenciar a formação à distância e de potenciar a formação ministrada internamente. O volume de formação global cifrou-se assim em cerca de 1.577 horas de formação, permitindo uma maior oferta para responder às necessidades individuais e à dispersão geográfica, abrangendo 73 colaboradores (incluindo estagiários) e materializou-se num investimento anual de 35.505 Euro.

Fundo de Pensões

De acordo com os resultados da avaliação atuarial apurados pela entidade gestora BPI Pensões, o valor das responsabilidades por serviços passados associados ao Fundo de Pensões CEMAH, com referência a 31 de dezembro de 2015, foi de 18.970 milhares de Euro. Adicionalmente, nessa data, os ativos do Fundo de Pensões corresponderiam a 17.997 milhares de Euro, tendo a sua rentabilidade sido de 1,8% no ano em questão. Todos os pressupostos atuariais e financeiros, bem como a metodologia de cálculo foram idênticos aos utilizados em anos anteriores.

O montante anual das contribuições da CEMAH para o Fundo de Pensões (incluindo pagamentos diretos) ascendeu, em 2015, aos 2.537 milhares de Euro, sendo o valor total a reconhecer nos resultados de 972 milhares de Euro. De forma a cumprir as responsabilidades a 31 de dezembro de 2015 a CEMAH entregou, já em janeiro de 2016, 486 milhares de Euro, de forma a atingir o nível de financiamento exigido.

Planeamento e Controlo de Gestão

No que concerne à área de Planeamento e Controlo de Gestão, o ano de 2015 ficou marcado pela mudança do responsável pela área, mantendo-se, no entanto, o normal funcionamento do departamento, quer no âmbito do planeamento, quer do controlo de gestão.

Relativamente ao planeamento, verificou-se especial cuidado na elaboração do Orçamento e do Plano de Atividades da Instituição, bem como na revisão do Plano Estratégico trienal 2015-2017, documentos que suportam a definição das linhas de orientação estratégica e a transposição das mesmas para diretrizes de operacionalização.

Aliada à tarefa de orçamentação foi também realizado o acompanhamento trimestral da execução orçamental, de modo a aferir potenciais desvios contabilísticos materiais, face ao orçamentado, que obriguem a ajustes na política de gestão.

Com a mesma periodicidade foi também realizada a monitorização do Plano de Atividades previsto para 2015, com o intuito de aferir a necessidade de alteração das iniciativas programadas, motivadas pelo contexto de mercado ou por outros fatores exógenos que não tenham sido antecipados.

No campo do controlo de gestão, foi dada continuidade à elaboração de informação de gestão relevante, com periodicidade mensal, tanto sobre a atividade da rede comercial como de natureza contabilística, abordando questões fundamentais para a Instituição, tais como a sua solvência, a qualidade do crédito ou a carteira de imóveis recebidos em dação, para além da rendibilidade, performance e eficiência da Instituição.

A CEMAH continua a dar passos firmes na afirmação do planeamento e controlo de gestão, dada a sua relevância como componente de apoio para decisões no âmbito da sua gestão global.

Atividade Comercial

Clientes, Produtos e Canais

No decorrer do ano transato procedeu-se a um contínuo acompanhamento da carteira de produtos com vista à sua melhoria e ajustamento às tendências e exigências do mercado, à análise da concorrência e à adequação dos serviços ao perfil dos clientes da Instituição.

No final de 2015 a carteira de clientes da CEMAH era composta por 1.620 pessoas coletivas e 39.128 pessoas singulares, verificando-se um ligeiro aumento no número geral de clientes face ao final de 2014.

O crescimento verificado na carteira de clientes foi acompanhado pelo crescimento tanto ao nível do volume de depósitos como de crédito concedido, confirmando a confiança que os clientes depositam nesta Instituição e a orientação desta para com as necessidades e exigências dos primeiros.

Salienta-se, ainda, que os produtos e serviços disponibilizados pela CEMAH, sob a forma de empréstimos à habitação, crédito ao consumo, produtos de gestão de tesouraria, financiamento de médio e longo prazo, depósitos à ordem, a prazo e poupança, apresentam, em média, custos substancialmente inferiores aos praticados pelo sector.

No que diz respeito aos canais de disponibilização dos produtos e serviços da CEMAH, a estratégia adotada foi a de manter e otimizar a rede comercial no ano de 2015, sendo esta composta por 13 balcões distribuídos por seis ilhas da RAA – conforme ilustrado, por ordem, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa, Terceira e S. Miguel –, conforme ilustrado:



A rede de balcões da CEMAH continua a deter um papel distintivo e preponderante na entrega de promessas da marca e aproximação com o seu público-alvo. É o ponto onde há um maior contacto direto com os clientes e é o canal de excelência para a apresentação de soluções, registando um desempenho de elevada qualidade ao nível da promoção de uma relação de confiança e fidelização com os clientes.

A plataforma de *homebanking* que integra os canais netCEM e netCEM Mobile tem vindo progressivamente a merecer a preferência dos clientes, registando um aumento de clientes aderentes de 6,30% face às novas adesões verificadas em 2014. Regista-se, assim, um total de 4.874 particulares e 2.043 empresas (incluindo Empresários em Nome Individual ou ENIs) aderentes a esta plataforma.

Depósitos de Clientes

No final do ano de 2015 verificou-se um aumento nos depósitos dos clientes, registando-se um montante total de 339.015 milhares de Euro, que se traduz num aumento de 9,88% face ao período homólogo, crescimento esse que supera os objetivos traçados pela Instituição para 2015.

Como se constata na tabela infra apresentada, o montante global dos depósitos está distribuído em 65.503 milhares de Euro em depósitos à ordem e 273.512 milhares de Euro em depósitos a prazo e poupança.

Tipo	2015	2014	Var
Depósitos à Ordem	65.503	59.474	10,14%
Depósitos a Prazo	184.420	151.468	21,76%
Depósitos Poupança	89.092	97.592	-8,71%
Subtotal	273.512	249.060	9,82%
Total	339.015	308.534	9,88%

Unidade: milhares de Euro

Crédito Comercial Efetivo

Relativamente à evolução do crédito concedido voltou a registar-se um aumento em comparação com 2014, ainda que ligeiramente inferior ao inicialmente previsto, dado que as linhas orientadoras para concretização de operações a particulares e empresas foram ainda mais conservadoras, no sentido de evidenciar requisitos de solidez e capacidade de

reembolso, a par da ausência de investimentos públicos e privados que tivessem permitido uma revitalização mais rápida da economia.

Assim, o volume total de crédito efetivo ascendeu aos 207.349 milhares de Euro, representando um crescimento de 5,79%.

	2015	2014	Var
Crédito Comercial Efetivo (1)	207.349	196.000	5,79%

Unidade: milhares de Euro

(1) Na definição do conceito de Crédito Comercial Efetivo são consideradas as rubricas de crédito não representado por valores mobiliário vincendo e vencido.

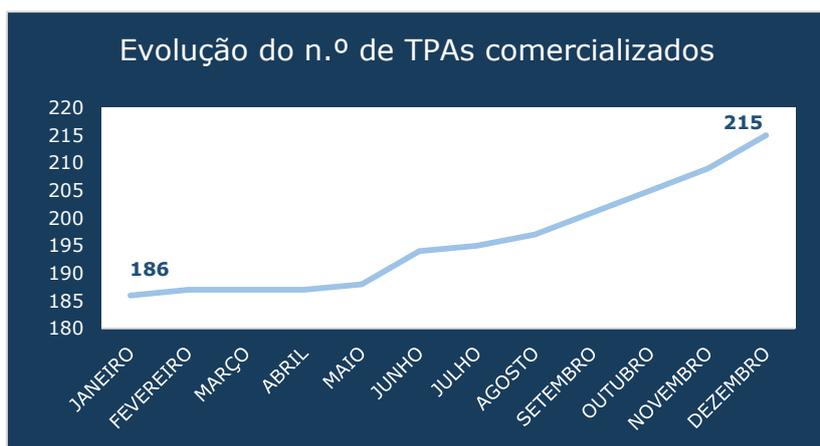
A rubrica de crédito e juros vencidos situou-se, a 31 de dezembro de 2015, nos 9.942 milhares de Euro, representando 4,8% do crédito global, valor este bastante equilibrado face à conjuntura atual.

Em consonância com o previsto regulamentar e internamente, manteve-se a observação permanente da carteira de crédito por parte dos Auditores Externos e procedeu-se ao aperfeiçoamento do modelo de imparidade de crédito, assegurando-se assim o cumprimento das regras emitidas pelo Banco de Portugal, no que concerne à constituição de provisões.

Meios de Pagamento

Os tradicionais meios de pagamento (Cartões, Terminais de Pagamento Automático e Caixas Automáticas) têm vindo a assumir cada vez mais uma posição de elevada relevância no desenvolvimento da atividade bancária. A comercialização destes produtos é assegurada através da parceira com a SIBS e com a Unicre, cuja relação comercial se pauta por valores de confiança e de transparência.

O investimento levado a cabo nos últimos anos de instalação de Terminais de Pagamento Automático (TPAs) próprios registou um crescimento no número de máquinas instaladas, encontrando-se 215 TPAs contratualizados no final do ano. Este aumento resulta, por um lado, da revisão de preço de Comissões e Despesas e da tendência de mercado de diminuição das Taxa de Serviço ao Comerciante – o que contribuiu para a acessibilidade das populações a este tipo de equipamento –, e por outro lado, do reforço da informação aos balcões, em particular no que se refere aos TPAs partilhados.



No que respeita à sua distribuição pelas ilhas onde a CEMAH exerce a sua atividade, apresenta-se a seguinte distribuição:

Ilha	N.º TPAs
Graciosa	18
São Jorge	31
São Miguel	19
Faial	20
Pico	20
Terceira	107
Total	215

Relativamente às Caixas Automáticas (ATMs) procedeu-se em 2015 à aquisição e instalação de uma nova máquina, tendo-se elaborado uma análise global da rentabilidade das mesmas e realocado algumas delas, fixando-se assim o número de Caixas Automáticas instaladas em 43. O quadro abaixo apresenta a distribuição das ATMs por ilha:

Ilha	N.º ATMs
Graciosa	2
São Jorge	7
São Miguel	3
Faial	5
Pico	4
Terceira	22
Total	43

O número total de cartões de débito até 31 de dezembro de 2015 foi de 18.590, constituindo um crescimento de 2,2% face ao período homólogo.

Entidades Externas

No relacionamento da CEMAH com entidades externas destaca-se a continuidade da parceria com o Governo da Região Autónoma dos Açores através da celebração de protocolos que visam o apoio à continuidade de negócio das diversas empresas regionais.

Ao longo de 2015, a CEMAH efetivou novos protocolos e aditamentos a protocolos já formalizados, como sejam, respetivamente:

- AGROCRÉDITO e Protocolo de Financiamento no Âmbito do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir +); e
- Aditamento ao Protocolo de financiamento no âmbito do Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (SIDER) e aditamento ao Protocolo de financiamento no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET).

Publicidade e Responsabilidade Social

Relativamente à Responsabilidade Social da CEMAH pretendeu-se reforçar o envolvimento com a sociedade em que nos inserimos, com uma crescente consciencialização ambiental ao nível interno, primando pela racionalização do consumo energético, reciclagem e redução do consumo de papel.

Ao nível da concessão de apoios e patrocínios manteve-se uma política criteriosa e seletiva, assegurando sempre o melhor impacto dos mesmos na imagem da Instituição, sendo de destacar os patrocínios às festas concelhias das várias ilhas do arquipélago, a associações e entidades de âmbito desportivo e recreativo e de âmbito social e educativo – como a própria SCMAH –, para além do prémio “Melhor Aluno”, em parceria com a Universidade dos Açores, e do prémio “Eu Aposto no Meu Futuro”, em parceria com a Secretaria Regional da Solidariedade Social.

No que concerne publicidade institucional deu-se primazia à comunicação com os clientes, nomeadamente através de envio de *newsletter* trimestral, mantendo-se ainda uma política de promoção através dos meios tradicionais de comunicação, como a rádio e os jornais locais.

Sistemas de Informação

Tendo por base o Plano e Orçamento, a Direção de Sistemas de Informação (DSI) em 2015 desenvolveu a sua atividade concentrando-se nos princípios estratégicos definidos em termos de eficiência e sustentabilidade:

Plataforma bancária

A CEMAH focou-se, em 2015, essencialmente, na observância dos requisitos legais e na execução das instruções do Banco de Portugal e na implementação de alterações ao seu sistema bancário de suporte ao negócio no desenvolvimento de funcionalidades que permitiram elevar o desempenho das aplicações e ajudar a melhorar os índices de produtividade dos funcionários da Instituição.

A nível dos Sistemas de Pagamento, o enfoque foi para o cumprimento da derrogação do Regulamento (UE) n.º 260/2012 e no que respeita ao projeto de desenvolvimento do módulo de crédito (TransAKT), o mesmo foi interrompido devido a outras prioridades como a execução regulamentar, a correção de deficiências de controlo interno e o desenvolvimento pontual de necessidades decorrentes do negócio.

Implementação de ferramentas de *reporting* e suporte à decisão

No que concerne ao reporte prudencial foram feitos desenvolvimentos com suporte na aplicação *Business Regulatory Reporting* (BRR), nomeadamente no que respeita aos novos reportes regulamentares, como o COREP e o FINREP, o reporte de operações com o exterior e os mapas de liquidez, para além de outros relatórios que permitiram de forma mais eficaz, rápida e centrada, reportar ao regulador a informação devida dentro dos *timings* próprios.

Sobre as matérias de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, para permitir um maior controlo e monitorização de operações suspeitas, dando cumprimento à legislação em vigor, foram realizadas atualizações sobre a aplicação respetiva.

Para fins de otimização dos processos, do ponto de vista de eficácia e de eficiência, foram também realizadas alterações à plataforma de Gestão Documental, não só nos circuitos de aprovação de crédito e no arquivo dos documentos, estendendo-se às funcionalidades de digitalização dos documentos necessários aos processos de abertura de conta, como também na sua preparação para recolha de informação financeira de clientes, alterações que se espera venham a ser materializadas no início de 2016.

Também se deram passos significativos na avaliação de propostas para *Scoring* de Crédito e Análise de Risco, tendo ficado o CRM em segundo plano por depender de informação estruturada que é necessário consolidar antes de se poder concretizar.

Expansão dos Meios Eletrónicos de Pagamento

A CEMAH formalizou a adesão ao MBWAY encontrando-se em curso os desenvolvimentos necessários à disponibilização da APP aos clientes. O MBWAY permitirá a execução de operações, como transferências ou pagamentos de baixo valor, usando para o efeito os números de telemóveis ou o email dos intervenientes.

Comunicações de voz

A Instituição implementou uma solução única de comunicação de voz e dados fixos e móveis, que adiciona as soluções de vídeo, mensagens instantâneas e ferramentas de colaboração a um novo conceito de central telefónica que permitiu uma maior agilidade na atividade, melhor comunicação e acesso a partir de diferentes dispositivos e a gestão completa do serviço através da configuração de um portal *web* de *selfcare*.

Reforço da segurança dos sistemas

Para o fortalecimento da confiança por parte dos clientes e para minimizar impactos com repercussão no Risco Operacional, como sejam por via de fraude ou intrusão, a CEMAH investiu na substituição dos seus equipamentos periféricos de segurança, nomeadamente as *firewalls*, e adquiriu novos *switchs*, melhorando significativamente o desempenho da sua rede interna e externa.

Em paralelo, foram desenvolvidas ações de sensibilização dos funcionários para questões de segurança dos sistemas de informação, para além das frequentes auditorias aos canais de *ebanking* para prevenção de acessos indevidos e ataques de *malware* e intrusão.

Adicionalmente, foram desenvolvidos esforços no sentido de minimizar os impactos de uma interrupção do negócio através da implementação de medidas de *Disaster Recovery*.

Apoio Logístico e Administrativo

No âmbito da gestão da carteira de ativos não correntes detidos para venda há a salientar, as entradas e saídas de imóveis, respetivamente 16 e 3, assim como o processo contínuo de reavaliação dos mesmos em cumprimento com os imperativos legais.

As reavaliações aos referidos imóveis foram efetuadas pela empresa Prime Yield, empresa esta registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), com certificação RICS (*i.e.* Royal Institution of Chartered Surveyors), e pela empresa WORX - Real Estate Consultants, ao abrigo das Normas Europeias de Avaliação de Propriedades – realização da União Europeia associada à TEGoVA (The European Group of Valuers' Association) –, com certificação RICS e de acordo com os Regulamentos n.º 8/2002 e n.º 1/2005 da CMVM, que regem os Critérios de Avaliação e Peritos Avaliadores de Imóveis de Fundos de Investimento em Portugal, ambas recorrendo aos critérios do *Asset Quality Review* (AQR) promovido pelo Banco de Portugal, por forma a contabilizar os imóveis em carteira pelo seu valor atual, tendo sido constituídas provisões específicas para o efeito, dada a desvalorização do mercado imobiliário.

Relativamente aos imóveis que são propriedade da CEMAH (Sede e Agências), e de acordo com a política da Instituição de preservação, manutenção e valorização dos seus ativos imobiliários, ao longo de 2015 mantiveram-se as ações necessárias de reparação e de conservação.

No âmbito do controlo do património da Instituição, e em cumprimento com os procedimentos instituídos, realizaram-se ainda diversas ações de verificação e de monitorização.

Equipamentos e viaturas

Incutiu-se acuidade especial no processo de gestão da frota automóvel da CEMAH, no que concerne à manutenção dos cadastros individuais e mapas de análise operacional, tendo-se mantido uma particular atenção na sua manutenção e conservação, e no controlo de todos os equipamentos, sempre com o objetivo máximo do prolongamento da sua vida útil.

Análise Financeira

Balanço

	31-dez-15		31-dez-14	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46.774	12,6%	38.902	11,3%
Disponibilidades em out. inst. de crédito	11.841	3,2%	8.520	2,5%
Ativos financeiros disponíveis para venda	61.013	16,4%	36.533	10,6%
Aplicações em outras instituições de crédito	23.950	6,4%	44.807	13,0%
Crédito a clientes	207.346	55,7%	193.235	56,2%
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	10.046	2,7%	7.795	2,3%
Outros ativos tangíveis	7.088	1,9%	7.330	2,1%
Ativos intangíveis	826	0,2%	834	0,2%
Ativos por impostos correntes	340	0,1%	-	-
Ativos por impostos diferidos	999	0,3%	978	0,3%
Outros ativos	1.842	0,5%	5.032	1,5%
Total do Ativo	372.065	100,0%	343.966	100,0%
Passivo				
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	24	0,0%	90	0,0%
Recursos de clientes e outros empréstimos	343.095	98,2%	313.125	97,6%
Provisões	2.208	0,6%	2.175	0,7%
Passivos por impostos correntes	-	-	46	0,0%
Outros passivos subordinados	-	-	-	-
Outros passivos	4.311	1,2%	5.432	1,7%
Total do Passivo	349.638	100,0%	320.868	100,0%
Capital				
Capital	18.122	80,8%	18.122	78,5%
Reservas	448	2,0%	1.416	6,1%
Outras reservas e resultados transitados	3.308	14,8%	3.902	16,9%
Resultado do exercício	549	2,4%	-342	-1,5%
Total do Capital	22.427	100,0%	23.098	100,0%
Total do Passivo e do Capital	372.065	100%	343.966	100%

Unidade: milhares de Euro

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2015, mantendo-se muito semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das aplicações em outras instituições de crédito, em que se verifica um aumento do peso relativo da primeira por contrapartida de uma diminuição do peso relativo da segunda rubrica.

A 31 de dezembro de 2015, o ativo líquido situava-se nos 372.065 milhares de Euro, representando um crescimento de 8,2% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O crédito a clientes líquido, no montante 207.346 milhares de Euro, compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber, deduzido das provisões e imparidades, assim como as aplicações em papel comercial e respetivos juros a receber. Este representa 55,7% do ativo líquido e regista um crescimento de 7,3% face ao ano anterior.

As aplicações em instituições de crédito, que ascenderam a 23.950 milhares de Euro e representavam 6,4% do ativo líquido, correspondiam a aplicações no mercado monetário e depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 460 milhares de Euro. Em relação ao ano de 2014, esta rubrica sofreu um decréscimo de 46,5%, como consequência dos investimentos efetuados em papel comercial e, sobretudo, em ativos financeiros disponíveis para venda, realizados com o objetivo de rentabilizar o excedente de liquidez da CEMAH. As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.

Neste contexto, a rubrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2015 registava um saldo de 61.013 milhares de Euro, apresenta um aumento de 67% face ao valor de 31 de dezembro de 2014.

As Imobilizações Líquidas, no valor de 7.915 milhares de Euro, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio da Instituição.

O Passivo regista um valor de 349.637 milhares de Euro, assumindo a carteira de depósitos da Instituição - Recursos de Clientes e respetivos custos a pagar - 343.094 milhares de Euro. Esta rubrica onde se incluem os depósitos captados apresentou um crescimento de 9,6% face ao ano anterior.

Na rubrica Outros Passivos estão contabilizadas as responsabilidades, líquidas dos ativos, com o Fundo de Pensões, a mensualização de outros encargos a pagar e outras operações a regularizar.

A 31 de dezembro de 2015, a situação líquida da CEMAH ascendia a 22.427 milhares de Euro. Desta consta o valor de 18.122 milhares de Euro, registado em capital, valor mais do que suficiente para permitir a transformação desta Caixa Económica em Banco.

No final do exercício de 2015, os Rácios de Fundos Próprios Totais e CET 1 apresentavam um valor de 10,3% e 10,2%, respetivamente, valores que já incluíam o resultado de 2015.

Conta de Exploração

	<u>31-dez-15</u>	<u>31-dez-14</u>
Juros e rendimentos similares	11.576	13.138
Juros e encargos similares	(6.291)	(7.011)
Margem financeira	5.285	6.127
Rendimentos de instrumentos de capital	70	18
Rendimentos de serviços e comissões	1.898	1.921
Encargos com serviços e comissões	(642)	(420)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	1.578	2.108
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	158	118
Resultados de alienação de outros ativos	-	938
Outros resultados de exploração	(92)	(586)
Produto bancário	8.255	10.224
Custos com pessoal	(3.584)	(3.480)
Gastos gerais administrativos	(2.248)	(2.437)
Amortizações do exercício	(498)	(520)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(92)	(33)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	52	(3.043)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	(18)	(335)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	(1.118)	(862)
Resultado antes de impostos	749	(486)
Impostos correntes	36	(456)
Impostos diferidos	(236)	600
Resultado após impostos	549	(342)

Unidade: milhares de Euro

Da análise dos valores da Conta de Exploração relativos ao exercício de 2015, podemos constatar os seguintes aspetos:

Margem Financeira

A margem financeira apresentou um decréscimo de 13,7%, passando de 6.127 milhares de Euro em 2014 para 5.285 milhares de Euro em 2015, o que se deveu ao efeito da redução da rubrica de juros e rendimentos similares ser superior à redução verificada na rubrica de juros e encargos similares.

Produto Bancário

O produto bancário registou um decréscimo de 19,3% em 2015, passando de 10.224 para 8.255 milhares de Euro. Para esta diminuição contribuíram de forma mais significativa o decréscimo da margem financeira (menos 841.962 Euro do que em 2014) e a redução registada nos resultados da alienação de títulos (menos 529.791 Euro do que em 2014).

Custos Operacionais

A rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de apenas 3% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos apresentaram um acréscimo de 7,8% face ao ano de 2014.

Provisões Líquidas de Reposições e Anulações

Esta rubrica representou, em 2015, um contributo negativo para o resultado no valor de 92.233 Euro.

Correção de Valor de Crédito a Clientes

A constituição e a reposição das provisões foram efetuadas de acordo com o legalmente estabelecido pelo Banco de Portugal por via do Aviso n.º 3/95, e ajustadas pelas necessidades apuradas em resultado do modelo de imparidade utilizado. No exercício em análise este indicador apresentou um contributo positivo para o resultado líquido no valor de 52.092 Euro.

Imparidade de Outros Ativos Financeiros

Em 2015, esta rubrica apresenta um valor de 17.780 Euro, referente a uma provisão para risco-país constituída para um título da Colômbia.

Imparidade de Outros Ativos

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos ativos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de dezembro de 2015 era de 1.118 milhares de Euro, face aos 862 milhares de Euro registados em 2014. O valor de 2015 é resultado do somatório das avaliações periódicas efetuadas aos referidos ativos.

Impostos

Os lucros fiscais apurados pela CEMAH são, em 2015, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 21% e correspondente derrama. Para aquele exercício o valor do imposto corrente estimado ascendia aos 35.885 Euro a recuperar, resultante de 31.492 Euro a pagar de tributação autónoma (uma vez que a CEMAH apresenta um lucro tributável negativo) e de 67.377 Euro a receber em resultado da regularização da estimativa do imposto do ano anterior. Os impostos diferidos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2015 foram apurados tendo por base uma taxa de 21%, taxa atualmente prevista para o IRC em 2015 e anos seguintes. No exercício de 2015 estes ascenderam, em termos líquidos, a 236.252 Euro a deduzir ao resultado antes de impostos.

Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi de 548.928 Euro.

Resultados de Exercícios Anteriores

Em 2015 para a rubrica Resultados Transitados reconheceram-se 194.400 Euro resultantes da amortização do acréscimo das responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005, e 57.725 Euro decorrentes da versão revista da IAS 19.

Considerações Finais

O Relatório e Contas apresentado, devidamente auditado, traduz o desenvolvimento da atividade exercida durante o difícil ano de 2015, bem como os principais eventos que influenciaram a gestão do negócio bancário no contexto da CEMAH.

Depois das tensões e constrangimentos económicos do ano anterior, 2015 surge com agravamento do arrastar dessas circunstâncias, chegando a Instituição, a par das suas contrapartes e congéneres, a situações de esmagamento ainda mais significativo da Margem Financeira. Esta situação torna-se num obstáculo particularmente difícil de transpor no caso de uma instituição de crédito como a CEMAH, enquadrada num regime jurídico específico que, apesar de revisto pelo Decreto-Lei n.º 190/2015, ainda carece de maturidade de implementação no sentido de permitir a atenuação das condicionantes colocadas, por defeito, às instituições cuja titularidade se encontra atribuída a instituições de carácter assistencialista ou mutualista.

Assim sendo, e dada a restrição nas atividades autorizadas à CEMAH (e.g. negociação limitada de títulos em carteira própria, nomeadamente o impedimento de participação em fundos de investimento, desenvolvimento e oferta de produtos financeiros complexos, etc.) e dependência estrutural da intermediação financeira linear, há que interpretar o Resultado Líquido obtido no exercício como um sinal de clara inversão (por comparação com a performance negativa do exercício transato), para além de um sinal de solidez da estratégia definida e implementada pelo Conselho de Administração da Instituição. Mais, é de salientar que ao longo de 2014 e com culminar em 2015 a Instituição veio a reconhecer diversos impactos, na sua grande maioria com esforço financeiro e/ou patrimonial implícito – como seja o paradigma das imparidades –, advindos das alterações legais e regulamentares levados a cabo pelos Reguladores/Supervisores doméstico e comunitário, e que, ainda assim, conseguiu a mesma gerar valor.

Na verdade, deduz-se de forma inevitável que a confiança dos seus clientes é fator crítico na performance da Instituição, continuando os seus recursos a crescer, sobretudo pelo que se crê ser a insubstituibilidade dos serviços prestados no contexto socioeconómico regional: a banca de proximidade na sua génese, privilegiando o conhecimento profundo dos seus clientes e da sua realidade, quer particulares (e ENI's), quer empresas, sendo elemento motriz do financiamento da atividade económica regional.

De um ponto de vista mais idiossincrático, importa referir que o rigor e a exigência na gestão corrente são também fundamentais nessa solidez, o que se evidencia com uma redução dos gastos gerais administrativos e com uma deterioração do rácio *cost-to-income*

(por via da redução do Produto Bancário) que, apesar de tímida, justifica preocupações permanentes com a eficácia e eficiência, alcançáveis sobretudo por via de uma otimização de processos e melhoria contínua do Sistema de Controlo Interno que têm de ser reinventadas sistemática e sucessivamente.

Por fim, e no que concerne à distribuição de dividendos já abordada em extensão neste relatório, e não obstante a mesma resultar de uma alteração de contexto supervisoivo, importa deixar transparecer, em última instância, a existência de uma máxima coesão e simbiose entre a CEMAH e a sua Instituição Titular, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, nos princípios que pautam a condução sã e prudente da atividade e do negócio, sendo certo que será retomada a libertação de meios através de dividendos, na medida que for apropriado e aceite do ponto de vista prudencial.

Proposta de Aplicação de Resultados

Em 2015, e em consonância com a missão desta instituição, que visa a criação de valor para a promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, foi promovida uma gestão integrada assente em políticas conservadoras e orientada por objetivos realistas face à conjuntura existente, que permitiu reverter a situação registada no ano anterior e alcançar um resultado líquido que permitiria conceder à Instituição Titular e acionista única – a SCMAH –, um dividendo de 25.600 Euro.

No entanto, e por imperativos legais completamente alheios à vontade da gestão, a CEMAH vê restringida a possibilidade de distribuição de dividendos.

A referida restrição resulta do facto do Banco de Portugal, face à recomendação do Banco Central Europeu (BCE/2015/49) e atendendo à sua responsabilidade de supervisor no que respeita à garantia de estabilidade no sector financeiro, ter indicado às instituições financeiras – por via da Carta-Circular n.º 1100-G/2016, de 5 de fevereiro – que devem efetuar distribuições a título de dividendos de uma forma conservadora e que lhes permita, após a distribuição:

- Continuar a satisfazer, a todo o momento, os requisitos mínimos de fundos próprios (Pilar I), a que correspondem os rácios de capital definidos no Regulamento (EU) n.º 575/2013 (rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 4,5%, rácio de fundos próprios principais de 6% e rácio de fundos próprios totais de 8%);
- Continuar a satisfazer, a todo o momento, os requisitos de fundos próprios específicos acima do nível mínimo (cobertura de riscos de Pilar II), quantificados anualmente no âmbito do ICAAP – Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno;
- Continuar a satisfazer os requisitos de reserva de conservação de fundos próprios (reserva adicional de 2,50% aplicável a todos os rácios mínimos);
- Manter uma cobertura adequada por fundos próprios dos requisitos de capital apurados anualmente no âmbito do ICAAP (*buffer* de capital);
- Cumprir, na versão de implementação total do Regulamento (EU) n.º 575/2013, com os requisitos de fundos próprios principais de nível I, de fundos próprios de nível I e de fundos próprios totais.

Atendendo a que, com referência a 31 de dezembro de 2015, a CEMAH não possui um *buffer* de capital adicional nos níveis desejados, para além da cobertura dos requisitos de Pilar I e de Pilar II, e por forma a dar cumprimento às orientações emitidas pelo Banco de

Portugal, é necessário proceder à retenção do resultado líquido distribuível e consequente reforço do capital interno.

Assim, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados de 2015, em montante que ascende aos 548.928,06 Euro:

- Transferência de 388.800,03 Euro para Resultados Transitados para amortização do impacto da amortização do acréscimo das responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005;
- Transferência de 57.725,00 Euro para Resultados Transitados para amortização do impacto das remensurações decorrentes da aplicação da versão revista da IAS 19.

Para os 102.403,03 Euro restantes, conforme estabelecido estatutariamente e tendo em atenção a recomendação emanada do Banco de Portugal, propõe-se a seguinte distribuição:

- Capital (25%), no montante de 25.600,76 Euro;
- Reserva Legal (25%), no montante de 25.600,76 Euro;
- Reserva Estatutária (25%), no montante de 25.600,76 Euro;
- Resultados Transitados (25%), no montante de 25.600,75 Euro.

Angra do Heroísmo, 21 de Março de 2015

O Conselho de Administração,



António Maio



Eduardo Couto



Maria Laurentina Mendes

Demonstrações Financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Balço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	Antes Prov. Imp. Amort.	31/dez/15	Valor Líquido	Unidade: Euro 31/dez/14
			Prov. Imp. Amort.		Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	46.773.632		46.773.632	38.901.658
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	11.841.235		11.841.235	8.519.913
Activos financeiros disponíveis para venda	6.4	61.030.682	(17.780)	61.012.902	36.532.786
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	23.949.625		23.949.625	44.807.456
Crédito a clientes	6.5	213.055.175	(5.708.689)	207.346.486	193.235.447
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	6.7	12.483.134	(2.437.484)	10.045.650	7.794.670
Outros activos tangíveis	6.8	13.393.903	(6.305.599)	7.088.304	7.329.958
Activos intangíveis	6.9	3.061.602	(2.235.028)	826.574	834.254
Activos por impostos correntes	6.10	340.102		340.102	-
Activos por impostos diferidos	6.10	998.677		998.677	977.726
Outros activos	6.11	1.841.674	-	1.841.674	5.032.219
Total do Activo		388.769.441	(16.704.580)	372.064.861	343.966.087
Passivo e Capital					
Passivo:					
Recursos de bancos centrais	6.13			-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.14			24.332	89.764
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.15			343.093.702	313.125.448
Provisões	6.12			2.208.420	2.174.644
Passivos por impostos correntes	6.10			-	45.965
Outros passivos subordinados	6.10			-	-
Outros passivos	6.16			4.311.011	5.432.102
Total do Passivo				349.637.465	320.867.924
Capital:					
Capital	6.19			18.122.461	18.122.461
Reservas	6.19			448.176	1.415.747
Outras reservas e resultados transitados	6.19			3.307.831	3.901.775
Resultado do exercício				548.928	(341.819)
Total do Capital				22.427.396	23.098.164
Total do Passivo e do Capital				372.064.861	343.966.087

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Unidade: Euro

	Notas	31/dez/15	31/dez/14
Juros e rendimentos similares	6.21	11.575.999	13.137.566
Juros e encargos similares	6.21	(6.291.283)	(7.010.888)
Margem financeira		5.284.716	6.126.678
Rendimentos de instrumentos de capital	6.22	70.237	17.755
Rendimentos de serviços e comissões	6.23	1.897.706	1.920.713
Encargos com serviços e comissões	6.23	(642.235)	(419.943)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.24	1.578.501	2.108.292
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.24	158.217	117.859
Resultados de alienação de outros activos	6.24	-	938.477
Outros resultados de exploração	6.25	(92.034)	(585.952)
Produto bancário		8.255.108	10.223.878
Custos com pessoal	6.26	(3.583.820)	(3.480.299)
Gastos gerais administrativos	6.27	(2.248.420)	(2.437.249)
Amortizações do exercício	6.7 e 6.8	(497.567)	(520.353)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.12	(92.233)	(32.945)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.12	52.092	(3.041.619)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(17.780)	(335.358)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	6.7 e 6.8	(1.118.084)	(861.671)
Resultado antes de impostos		749.296	(485.617)
Impostos correntes	6.28	35.885	(455.758)
Impostos diferidos	6.28	(236.252)	599.556
Resultado após impostos		548.929	(341.819)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos
em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	31/dez/15	31/dez/14
Unidade: Euro			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros recebidos		10.495.740	12.076.264
Juros pagos		(6.832.287)	(6.730.817)
Comissões recebidas		2.006.910	2.031.404
Comissões pagas		(642.235)	(419.943)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(6.185.937)	(6.036.676)
Impostos pagos		(576.820)	(457.172)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(6.783.903)	5.746.646
Créditos e adiantamentos a clientes		(17.512.424)	(5.659.208)
Outros activos		4.482.302	(2.080.473)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com bancos centrais - à vista		-	-
Débitos para com instituições de crédito - à vista		(65.430)	68.409
Débitos para com clientes - à vista		6.057.158	(947.137)
Débitos para com clientes - a prazo		24.452.096	28.359.042
Outros passivos		4.561.722	(3.851.212)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		13.456.891	22.099.126
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		70.237	17.755
Juros recebidos de activos financeiros		1.211.485	1.368.022
Venda de activos financeiros		31.786.630	36.813.336
Compra de activos financeiros		(56.157.313)	(38.719.199)
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Compra de outros activos tangíveis		(108.503)	(59.104)
Venda de outros activos tangíveis		-	-
Compra de activos intangíveis		(107.179)	(110.903)
Venda de activos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(23.304.643)	(690.093)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		-	-
Dividendos pagos		-	(226.737)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	(226.737)
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		(9.847.752)	21.182.297
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.17	90.729.027	69.428.871
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		158.217	117.859
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.17	81.039.492	90.729.027

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de alterações no capital próprio
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Notas	Capital	Reservas	Outras reservas e Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro
						Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		17.895.724	769.305	5.123.336	1.701.113	25.489.478
Constituição de reservas:						
Reserva legal	6.19			226.737	(226.737)	-
Reserva estatutária	6.19			226.737	(226.737)	-
Aumento de capital por incorporação de resultados	6.19	226.737			(226.737)	-
Distribuição de resultados	6.19				(226.737)	(226.737)
Aplicação de resultados				794.167	(794.167)	-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição NCA's)	6.19			(194.400)		(194.400)
Varição líquida em activos financeiros disponíveis para venda	6.19		646.442			646.442
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	6.18			(2.274.802)		(2.274.802)
Resultado do exercício					(341.819)	(341.819)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		18.122.461	1.415.747	3.901.775	(341.819)	23.098.164
Constituição de reservas:						
Reserva legal	6.19					-
Reserva estatutária	6.19					-
Aumento de capital por incorporação de resultados	6.19					-
Distribuição de resultados	6.19			(341.819)	341.819	-
Aplicação de resultados						-
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões (Transição NCA's)	6.19			(194.400)		(194.400)
Varição líquida em activos financeiros disponíveis para venda	6.19		(967.571)			(967.571)
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	6.18			(57.725)		(57.725)
Resultado do exercício					548.928	548.928
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		18.122.461	448.176	3.307.831	548.928	22.427.396

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
 Demonstração de rendimento integral
 dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

	Unidade: Euro	
	31/dez/15	31/dez/14
Resultado Líquido do Período	548.928	(341.819)
Items que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados		
<i>Reserva de Justo Valor</i>		
Alterações de Justo Valor, líquidas de imposto	(967.571)	646.442
Items que não serão reclassificados pela demonstração de resultados		
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões	(194.400)	(194.400)
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	(57.725)	(2.274.802)
Total de Rendimento Integral do Período	(670.768)	(2.164.579)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 12 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CEMAH foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de ativos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2015:

1. Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2015:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2011 - 2013.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A adoção destas melhorias não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

Interpretações

- a) **IFRIC 21** (nova), 'Taxas'. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

2. Normas e alterações a normas existentes publicadas mas cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015, e que a CEMAH decidiu não adotar antecipadamente:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2010 - 2012,** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. A

adoção futura destas melhorias não terá impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- b) **IAS 19** (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Não é expectável que estas alterações venham a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- c) **IAS 1** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Não é expectável que estas alterações venham a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- d) **IAS 16 e IAS 38** (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Não é expectável que estas alterações venham a ter impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- e) **IAS 27** (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- f) **Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28**, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.
- g) **IFRS 11** (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- h) **Melhorias às normas 2012 - 2014**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem obrigatórias.
- i) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem obrigatórias.
- j) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A CEMAH irá adotar estas melhorias nos períodos em que as mesmas se tornarem obrigatórias.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2016.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros. As notas explicativas são apresentadas em milhares de Euros.

2.2. Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal

ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1. Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem cumprimento do Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

2.3.1.1.1. Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Caixa constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

- **Provisão para crédito e juros vencidos**

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é crescente em função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

- **Provisão para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - ii) Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos, com início de contagem de vencido na data de contaminação do cliente.

Caso o valor da imparidade para crédito apurado seja superior ao das provisões já constituídas (provisões para crédito de cobrança duvidosa, provisões para crédito e juros vencidos e provisões para riscos gerais de crédito), é também registado como provisão para crédito de cobrança duvidosa o diferencial entre o valor da imparidade apurado e o somatório das provisões para crédito constituídas.

- **Provisão para riscos gerais de crédito**

A provisão para riscos gerais de crédito é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Encontra-se registada no passivo na rubrica "Provisões" e é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.1.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de

ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.3.1.3. Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Concelho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

2.3.1.4. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três

meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5. Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2. Outros ativos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	8	12,5
Viaturas	4	25
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10
Imóveis	50	2

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

2.3.4. Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

2.3.6. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

2.3.7. Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

De acordo com os estatutos da Caixa os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.18.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº4/2005 e nº12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacto ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos. Este período de transição terminou a 31 de dezembro de 2015, pelo que, àquela data, o acréscimo de responsabilidades se encontra totalmente reconhecido em resultados transitados.

Até 31 de dezembro de 2012, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados eram reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica

Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Após 1 de janeiro de 2013, e decorrente da aplicação do IAS 19R, estas diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser imediatamente reconhecidas como Outro rendimento Integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

As contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%, exceto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas, que de acordo com o aviso nº4/2005 irão ser financiadas à medida que as responsabilidades forem sendo amortizadas.

Prémios de antiguidade

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade, é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método "Projected Unit Credit Cost". A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das

responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.18.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8. Provisões

Esta rubrica inclui, para além da Provisão para riscos gerais de crédito (ver alínea 2.3.1.1.1) outras provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.3.9. Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2015, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual para o exercício de 2014, passando a vigorar as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre

os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares e (iii) 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares. As referidas taxas aplicam-se igualmente ao exercício de 2015.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2015, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2014: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMAH procede, sempre que se verifiquem as condições estabelecidas no parágrafo 74 da IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos.

2.3.10. Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

Imparidade da carteira de títulos

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 79% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	<u>2015/12/31</u>	<u>2014/12/31</u>
Disponibilidades em Bancos Centrais	39.505	32.005
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	11.841	8.520
Aplicações em instituições de crédito	23.950	44.807
Ativos financeiros disponíveis para venda	61.031	36.532
Crédito a clientes	213.055	199.016
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Outros ativos	1.924	1.736
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	9.236	11.766
Linhas de crédito irrevogáveis	18.353	21.910

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prime	25,85%	20,77%
Standard monitoring	61,14%	60,31%
Special monitoring	3,99%	5,09%
Sub standard	9,02%	13,83%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, ativos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
31/12/2015					
AA- a AA+	-	2.515	-	-	2.515
A- a A+	-	3.024	-	-	3.024
Menor que A-	13.691	38.863	-	-	52.554
Sem rating	22.100	16.629	-	-	38.729
Total	35.791	61.031	-	-	96.823
31/12/2014					
AA- a AA+	-	1.320	-	-	1.320
A- a A+	48	1.770	-	-	1.818
Menor que A-	27.230	22.622	-	-	49.852
Sem rating	26.049	10.821	-	-	36.870
Total	53.327	36.533	-	-	89.860

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 79% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com spread's que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de dezembro de 2015							
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	46.774	46.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	11.841	11.841
Aplicações em instituições de crédito	9.609	14.316	-	-	-	25	23.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.449	6.965	2.246	10.425	32.757	6.189	61.031
Crédito a clientes	92.001	77.242	26.860	2.690	4.617	9.645	213.055
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	1.924	1.924
Total de ativos	104.059	98.523	29.106	13.115	37.374	76.398	358.575
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	24	24
Depósitos de clientes	92.220	50.726	196.762	3.075	-	311	343.094
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	1.173	1.173
Total de passivos	92.220	50.726	196.762	3.075	-	1.508	344.291
Gap	11.839	47.797	(167.656)	10.040	37.374		
31 de dezembro de 2014							
Total de Ativos	119.122	89.809	16.572	17.286	27.385	59.341	329.514
Total de Passivos	84.355	48.719	171.149	6.527	0	1.611	312.361
Gap	34.767	41.090	(154.577)	10.759	27.385		

Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

- Os valores nominais de ativos e passivos são afetos a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre ativos e passivos o *gap* de *repricing*. Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;
- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de ativos e passivos, refletindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária. Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição em 200 pontos-base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2015 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €403 milhares e €-4.324 milhares (2014: €120 milhares e €-2.650 milhares).

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- São realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2015 e 2014 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2015	2014
Ações e Fundos	4.979	918
Obrigações	54.841	34.404

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2015 e considerando a cotação dos títulos em carteira, uma potencial variação de 10% na cotação dos mesmos resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €5.982 milhares (2014: €3.532 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2015, 56% (2014: 56%) dos ativos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 6% (2014: 13%) diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pela Direção Geral. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e da Direção Geral, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2015					
Recursos de outras instituições de crédito	24	-	-	-	24
Recursos de clientes	148.772	194.287	35	-	343.094
31 de dezembro de 2014					
Recursos de outras instituições de crédito	90	-	-	-	90
Recursos de clientes	135.449	177.552	124	-	313.125

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2015

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	949	2.860	14.545	-	-	18.353
Linhas de crédito revogáveis	147	140	722	-	-	1.008
Total	1.095	3.000	15.266	-	-	19.363

31 de dezembro de 2014

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	960	2.792	14.948	3.210	-	21.910
Linhas de crédito revogáveis	239	152	753	-	-	1.145
Total	1.199	2.944	15.702	3.210	-	23.055

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
31 de dezembro de 2015						
Recursos de clientes	145.670	193.310	35	-	2.185	341.200
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	503	653	-	-	17	1.173
31 de dezembro de 2014						
Recursos de clientes	132.243	176.167	124	-	2.158	310.691
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	600	688	-	-	17	1.304

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2015 e 2014.

Fundos Próprios	2015	2014
Capital realizado	18 122	18 122
Reservas legais e estatutárias	6 608	6 608
Reservas de reavaliação de justo valor	(186)	1 296
Resultados retidos	(2 731)	(2 479)
Activos intangíveis	(826)	(834)
Ajustamentos transitórios ao capital CET1	(581)	(2 018)
Commom Equity Tier 1 (CET1)	20 406	20 696
Additional Tier 1	0	0
Tier 1	20 406	20 696
Tier 2	377	0
Fundos próprios totais	20 783	20 696
	0	0
Ativos ponderados pelo risco	206 327	194 033
Commom Equity Tier 1	9,9%	10,7%
Tier 1	9,9%	10,7%
Rácio de fundos próprios totais	10,1%	10,7%

4. Ativos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2015						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	46.774	-	-	-	-	46.774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.841	-	-	-	-	11.841
Aplicações em instituições de crédito	23.950	-	-	-	-	23.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	61.031	-	-	-	61.031
Crédito a clientes	213.055	-	-	-	-	213.055
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.924	-	-	-	30.195	32.119
Total Ativos	297.544	61.031	-	-	30.195	388.770
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	24	-	24
Depósitos de clientes	-	-	-	343.094	-	343.094
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	6.519	6.519
Total Passivos	-	-	-	343.118	6.519	349.637
2014						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	38.902	-	-	-	-	38.902
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8.520	-	-	-	-	8.520
Aplicações em instituições de crédito	44.807	-	-	-	-	44.807
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	36.533	-	-	-	36.533
Crédito a clientes	199.016	-	-	-	-	199.016
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.758	-	-	-	29.634	31.392
Total Ativos	293.004	36.533	-	-	29.634	359.170
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	90	-	90
Depósitos de clientes	-	-	-	313.125	-	313.125
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	7.653	7.653
Total Passivos	-	-	-	313.215	7.653	320.868

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Valor contabilístico</u>	<u>Justo valor</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	46.774	46.774
Disponibilidades em outras IC's	11.841	11.841
Aplicações em instituições de crédito	23.950	23.950
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	61.013	61.013
Crédito a clientes	207.346	207.346
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Total ativos financeiros ao justo valor	350.924	350.924
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	24	24
Depósitos de clientes	343.094	343.094
Total passivos financeiros ao justo valor	343.118	343.118

<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Valor contabilístico</u>	<u>Justo valor</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	38.902	38.902
Disponibilidades em outras IC's	8.520	8.520
Aplicações em instituições de crédito	44.807	44.807
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	36.533	36.533
Crédito a clientes	193.235	193.235
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Total ativos financeiros ao justo valor	321.997	321.997
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	90	90
Depósitos de clientes	313.125	313.125
Total passivos financeiros ao justo valor	313.215	313.215

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os Ativos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de ações não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

31 de dezembro 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	59.820	-	1.211	61.031
Títulos de dívida	54.841	-	-	54.841
Títulos de capital	740	-	1.211	1.951
Outros	4.239	-	-	4.239
Total ativos	59.820	-	1.211	61.031
Passivos				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	-	-	-	-

31 de dezembro 2014

	<u>Nível</u> <u>1</u>	<u>Nível</u> <u>2</u>	<u>Nível</u> <u>3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	35.322	-	1.211	36.533
Títulos de dívida	34.404	-	-	34.404
Títulos de capital	918	-	1.211	2.129
Total ativos	<u>35.322</u>	<u>-</u>	<u>1.211</u>	<u>36.533</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

6. Notas

6.1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	7.269	6.897
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>39.505</u>	<u>32.005</u>
	<u>46.774</u>	<u>38.902</u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2015, estas taxas variaram entre -0,244% e 0,086% (2014: -0,085% e 0,688%).

6.2. Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	10.918	5.993
Cheques a cobrar	838	2.488
Juros a receber	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>11.758</u>	<u>8.481</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	<u>83</u>	<u>39</u>
	<u>11.841</u>	<u>8.520</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subseqüentes à data de referência das demonstrações.

6.3. Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	23.925	44.700
Juros a receber	25	107
	<u>23.950</u>	<u>44.807</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Até três meses	22.425	43.307
De três meses a 12 meses	1.525	1.500
	<u>23.950</u>	<u>44.807</u>

A redução verificada neste rubrica deveu-se ao investimento efetuado em papel comercial e, de uma forma mais significativa, em ativos financeiros disponíveis para venda, realizado com o objetivo de se rentabilizar o excedente de liquidez da CEMAH.

6.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Instrumentos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	13.097	7.947
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa variável	1.029	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa fixa	10.968	6.350
Obrigações de emissores residentes		
Dívida não subordinada	10.511	11.081
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	19.236	9.026
	<u>54.841</u>	<u>34.404</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Títulos de emissores nacionais	256	-
Títulos de emissores estrangeiros	484	918
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	1.211	1.211
Outros		
Títulos cotados		
Títulos de emissores estrangeiros	4.238	-
Provisão para risco-país	(18)	-
	<u>6.172</u>	<u>2.129</u>
	<u>61.013</u>	<u>36.534</u>

Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2015	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	1.172.000.000	11.720	13.097	12.733	365
De outros emissores públicos nacionais	100	1.000	1.029	1.026	2
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	169.633	1.040	10.511	10.364	147
Instrumentos de capital					
Ações	1.398.124	-	1.467	1.490	(23)
		13.760	26.104	25.613	491
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De emissores públicos estrangeiros	9.525	9.509	10.950	11.030	(62)
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	16.356	19.202	19.236	19.684	(448)
Instrumentos de capital					
Ações	149.780	-	484	514	(30)
Outros	49.197	-	4.238	4.342	(104)
		28.711	34.908	35.570	(644)
		42.471	61.012	61.183	(153)
31 de dezembro de 2014					
	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa	682.250.000	6.823	7.947	7.033	606
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	1.007.714	10.254	11.081	11.037	44
Instrumentos de capital					
Ações	129.634	-	1.211	1.211	-
Emitidos por não Residentes					
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De emissores públicos estrangeiros	5.750	5.750	6.350	6.295	55
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada	7.149	8.336	9.027	8.958	68
Outros	42.158	-	918	916	2
		14.086	16.295	16.169	125
		31.163	36.534	35.449	775

A rubrica dos ativos financeiros disponíveis para venda, que a 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo de €61.013 milhares, apresenta um aumento significativo face ao valor de 31 de dezembro de 2014. Este acréscimo deve-se ao investimento canalizado de aplicações em instituições de crédito para este tipo de ativos, como forma de rentabilizar o excedente de liquidez disponível, em virtude quer do contexto das baixas taxas de juro, quer do limite estabelecido para aplicações em uma só entidade.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€1.818 milhares a 31 de dezembro de 2015) e Banco de Portugal (€3.834 milhares a 31 de dezembro de 2015), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

A 31 de dezembro de 2015 a CEMAH havia constituído uma provisão para risco-país no montante de €18 milhares, para a dívida pública da Colômbia em carteira, correspondente a 10% do valor em balanço.

Em 31 de dezembro de 2015 a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda não apresentava imparidade.

6.5. Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Crédito a Clientes		
Créditos não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	13.237	7.337
Empréstimos	97.650	92.122
Créditos em conta corrente	933	1.146
Descobertos em depósitos à ordem	18.322	18.692
	<u>130.142</u>	<u>119.297</u>
Particulares		
Habituação	18 480	18 898
Consumo	9 152	9 657
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	854	6 196
Empréstimos	33 850	29 513
Crédito em conta corrente	165	156
Outros créditos	4 885	4 677
	<u>67.387</u>	<u>69.097</u>
Créditos representados por valores mobiliários		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	5.049	2.000
	<u>5.049</u>	<u>2.000</u>
	<u>202.577</u>	<u>190.394</u>
Juros e comissões a receber	<u>536</u>	<u>701</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	122	315
Mais de 90 dias	9.820	7.606
	<u>9.942</u>	<u>7.921</u>
Total Bruto	<u>213.055</u>	<u>199.016</u>
Menos:		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	2.513	3.588
Provisão para crédito e juros vencidos	3.196	2.193
	<u>5.709</u>	<u>5.781</u>
Total Líquido	<u>207.346</u>	<u>193.235</u>

Os créditos representados por valores mobiliários dizem respeito a aplicações de curto prazo em papel comercial, efetuadas com o objetivo de rentabilização do excedente de liquidez.

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2015 é apresentado na Nota 6.12.

De salientar que, para além das provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido, a Caixa tem outras provisões, apresentadas no passivo, (ver Nota 6.12) no montante de €2.137 milhares (2014: €2.116 milhares) que também se destinam a cobrir riscos de crédito (Provisões para riscos gerais de crédito).

A rubrica de crédito interno inclui €1.283 milhares de descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2015, vencem juros a taxas correntes de mercado (2014: €1.732 milhares de descobertos em depósitos à ordem).

O escalonamento dos créditos sobre clientes, em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Até três meses	22.503	17.012
De três meses a um ano	34.077	25.049
De um a cinco anos	49.073	54.755
Mais de cinco anos	66.210	63.707
Duração indeterminada (*)	30.714	29.871
	<u>202.578</u>	<u>190.394</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estes decompõem-se da seguinte forma:

	Particulares			Empresas				Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Papel Comercial	
31 de dezembro de 2015								
Exposição Total	2		2.236	19.239	11.580	82.435	5.054	120.545
Imparidade	1		664	480	132	2.124	29	3.430
Justo valor dos Colaterais	-		1.756	7.834	5.462	80.466	-	95.518
	Particulares			Empresas				Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Papel Comercial	
31 de dezembro de 2014								
Exposição Total	7		4.751	15.509	12.367	83.364	-	115.998
Imparidade	-		929	798	558	3.487	-	5.773
Justo valor dos Colaterais	-		4.900	7.930	1.087	55.450	-	69.367

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco. Seguem abaixo as divulgações qualitativas no quadro da Carta-Circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal.

a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

Estrutura interna

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objetivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objetivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o setor de atividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita à análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correção de eventuais desvios face aos objetivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

Conselho de Administração e Direção Geral:

O Conselho de Administração e a Direção Geral são responsáveis pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

Direção Comercial e Recursos e Aplicações:

A Direção Comercial é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Acompanha a carteira de crédito, com particular destaque para as situações de crédito reestruturado e procede a análises regulares da carteira de crédito vencido, reportando as situações mais críticas à Direção Geral e Conselho de Administração.

Ao nível da Rede de Balcões (com o apoio dos Recursos e Aplicações), as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito;
- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

Gabinete de Gestão do Risco:

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/atualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;
- Comunicar diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito de montante significativo;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando os responsáveis pela recuperação para o valor de crédito em risco.

Recuperação de crédito:

A avaliação dos clientes conjuga aspetos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspetos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos

financiamentos, capacidade de reembolso e contragarantias obtidas. A este nível, é de destacar o papel da Unidade dos Assuntos Jurídicos no apoio à Direção Comercial.

Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a deteção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise mensal das posições de grupos económicos (semanal no caso da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo), o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respetivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contragarantias, perspetivas de regularização e nível de aprovisionamento;
- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte à Direção Geral e Conselho de Administração;
- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas ações a tomar.

Processo de recuperação

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;
- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Direção Comercial, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração e Direção Geral para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso).
- Aquando da passagem para contencioso, o responsável pelo balcão onde o crédito está domiciliado prepara o processo para tratamento e acompanhamento pelos Assuntos Jurídicos.

Políticas de mitigação

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;

- Penhores de aplicações efetuadas na Caixa;
- Penhor de ativos como instalações, inventários e contas a receber.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes. Na alínea f) encontra-se a política de gestão dos colaterais.

Compromissos de concessão de crédito

O principal objetivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requirite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de ação atempada.

Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efetuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

Política de gestão do risco de concentração

Em relação ao risco de concentração, foi sempre preocupação da gestão, não apenas o rigoroso e escrupuloso cumprimento dos respetivos rácios prudenciais, como também não permitir que a política de concessão de crédito conduzisse a excessivas concentrações por entidades/grupos e setores, uma vez que dada a natureza jurídica da Instituição, existem naturais limitações para fazer face a eventuais incumprimentos que pudessem por em perigo a manutenção de um rácio de solvabilidade a níveis de relativo conforto. As limitações em causa encontram-se patentes em alguns dos procedimentos descritos no Controlo e Políticas de mitigação, bem como nos níveis de tolerância abaixo indicados.

Níveis de tolerância ao risco de crédito e risco de concentração

A Caixa definiu níveis de tolerância ao risco de crédito com o objetivo de manter um nível de exposição alinhado com o seu perfil de risco. Os atuais níveis de tolerância definidos pelo Conselho de Administração e monitorizados pelo Gabinete de Gestão do Risco apresentam-se como segue:

- Exposição a grandes riscos (incluindo grupos económicos) inferior ou igual a 25% dos Fundos Próprios;

- Exposição ao segmento de Empresas inferior ou igual a 45% do total do risco de crédito;
- Exposição ao setor Comércio inferior ou igual a 30% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Construção inferior ou igual a 10% da carteira de crédito a clientes;
- Exposição ao setor Particulares inferior ou igual a 25% da carteira de crédito a clientes; e
- Exposição a determinado cliente particular inferior ou igual a €400 milhares.

b) Política de *Write-Off* de créditos

No caso dos créditos que sejam dados como irrecuperáveis, o Conselho de Administração autoriza o abatimento desses créditos ao ativo, sob proposta da Direção Comercial ou dos Assuntos Jurídicos, no caso do crédito estar em contencioso.

c) Política de reversão de imparidade

As reversões de imparidade que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras apenas poderão ocorrer no caso das mesmas estarem relacionadas com a ocorrência de eventos após o reconhecimento inicial (e.g. reforço de garantias).

d) Política de conversão de capital em dívida do devedor

Não é aplicável.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

No seguimento do referido anteriormente, a Direção Comercial e os Recursos Aplicações acompanham a carteira de crédito, com especial enfoque nos créditos reestruturados.

Os procedimentos em vigor na Caixa visam não só a identificação do crédito vencido na Instituição, como também a análise cruzada desta informação com os incumprimentos registados na Central de Responsabilidades de Crédito, utilizadores de risco (LUR) e outras incidências qualitativas que permitem o melhor apuramento do risco associado a cada cliente. Ainda neste âmbito, mas direcionado para os particulares, estão instituídos procedimentos internos em cumprimento do Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), bem como do Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI).

A identificação dos créditos reestruturados é efetuada de acordo com a Instrução n.º 32/2013 do Banco de Portugal.

f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Política de Seleção dos Avaliadores

Todas as avaliações são efetuadas por perito avaliador externo, constante de lista interna aprovada pelo Conselho de Administração e, na grande maioria, certificados pela CMVM. Por limitação do mercado, existem algumas avaliações realizadas por engenheiros não certificados pela CMVM.

Avaliação e Gestão dos Colaterais

Com o intuito de mitigar o risco de crédito, a política de gestão dos colaterais é a seguinte:

- Exigência de garantia real para operações com prazo superior a 5 anos;
- *Loan-to-value* preferencialmente inferior a 70%;
- Preferência por imóveis de habitação, se imóveis de comércio, apenas quando se destinarem a um negócio comum ou diversificado (não específico).

A Caixa avalia frequentemente os imóveis entregues para garantia de crédito concedido, anualmente quando se tratem de edifícios destinados a fins comerciais, a cada 3 anos quando se tratem de imóveis destinados a habitação e de 5 em 5 anos quando sejam prédios rústicos. Quando os imóveis em causa garantam créditos com incumprimento igual ou superior a 90 dias, a reavaliação dos mesmos é feita em base anual.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

A Caixa avalia trimestralmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adotada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, com base nos critérios de referência definidos na Carta Circular n.º 2/2014, tendo por base as seguintes etapas:

- a. Segmentação da carteira de crédito;
- b. Análise de evidência de imparidade;
- c. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em *default* (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indício de imparidade ou de *default*. Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

A carteira de crédito foi dividida entre clientes significativos (sujeitos a uma análise individual, conforme os critérios descritos na alínea j) e clientes não significativos.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, de acordo com a tabela abaixo.

Segmentação da carteira de crédito			
1º nível de segmentação	2º nível de segmentação	3º nível de segmentação	4º nível de segmentação
<i>Tipo de cliente</i>	<i>Materialidade da exposição</i>	<i>Tipo de produto</i>	<i>Tipo de garantia associada</i>

Este processo observa a hierarquia definida seguidamente (no caso de um contrato ser classificado num segmento, não poderá ser incluído no segmento seguinte):

Segmentos
Estado e Outras Entidades Públicas
Colaboradores
Clientes Relevantes
Crédito à Habitação
Crédito ao Consumo
Empresas Com Garantia Real (EGR)
Empresas Sem Garantia Real para limites de crédito (ESGR descobertos)
Empresas Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (ESGR sem descobertos)
Particulares Com Garantia Real (PGR)
Particulares Sem Garantia Real para limites de crédito (PSGR descobertos)
Particulares Sem Garantia Real para restantes tipos de produtos (PSGR sem descobertos)

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Para constituição da carteira com indícios de imparidade, foram considerados os seguintes indícios:

- Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- Cliente com crédito vencido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC);
- Cliente com crédito reestruturado nos termos da legislação prevista na Instrução 32/2013;
- Cliente com cheques devolvidos;
- Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR)
- Crédito em contencioso;
- Clientes com efeitos protestados/não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida
- Quaisquer indícios que provoquem uma probabilidade acrescida de entrada em *default*, detetados na análise individual a clientes sem indícios de imparidade

Para composição da carteira em *default*, considerou-se como *default*:

- Crédito vencido há mais de 90 dias
- Cliente insolvente

Nenhum dos indícios descritos está sujeito a critérios de materialidade.

Adicionalmente, são considerados os seguintes critérios de contaminação de indícios e eventos de *default* verificados ao nível dos contratos:

- A existência de um contrato com indícios de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas);
- Para as empresas, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*;
- Para os particulares, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade; e
- Se o total de exposições em *default* representar mais de 20% do total da exposição de um determinado grupo económico, as restantes operações são objeto de contaminação passando ao estado de *default*. Se essa exposição for inferior a 20% do total, os restantes contratos do grupo são classificados como indícios de imparidade.

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual

Os critérios para a seleção dos clientes sujeitos a análise individual são os seguintes:

- Entidades com exposição patrimonial superior a 1.000 milhares de euros;

- Entidades em *default* com exposição patrimonial superior a 300 milhares de euros;
- Entidades inseridas num grupo económico em que, pelo menos, uma entidade se encontra em *default* e o grupo tem exposição patrimonial superior a 300 milhares de euros;
- Entidades inseridas num grupo económico si em que, pelo menos, uma entidade tem indícios de imparidade ou está em *default* e o grupo tem exposição patrimonial superior a 1.000 milhares de euros;
- Entidades analisadas na sequência de uma auditoria extraordinária do Banco de Portugal;
- Entidades com indícios de imparidade ou em *default* com exposição patrimonial inferior a 1.000 milhares de euros, cuja imparidade, no cálculo anterior, foi determinada individualmente pela aplicação das percentagens definidas no Anexo II da CC 2/2014/DSP;
- Entidades inseridas num grupo económico em que, pelo menos, uma entidade com exposição inferior a 1.000 milhares de euros tem indícios de imparidade ou está em *default*, e cuja imparidade, no cálculo anterior, foi determinada individualmente pela aplicação das percentagens definidas no Anexo II da CC 2/2014/DSP;
- Entidades emitentes de Papel Comercial em carteira à data de referência.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

A CEMAH não dispõe, à data de referência, de um modelo de graus de risco internos, baseando-se na segmentação e nos indícios de imparidade anteriormente descritos para atribuir um nível de risco acrescido aos mutuários em incumprimento, os quais serão alvo de um acompanhamento mais próximo.

l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente

Parâmetros do modelo de imparidade coletiva

O modelo de cálculo de **imparidade coletiva** assenta nos seguintes parâmetros:

1. Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a Caixa tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- a. Período Emergente de Probabilidade de Indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício de perda e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

- b. Período Emergente de Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

2. Probabilidades de Indício e *Default*

As probabilidades de indício e *default* são atualizadas anualmente.

a. Probabilidade de Indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período Emergente de PI apresentaram algum dos referidos indícios.

O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em “t”, sobre o número de operações sem indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

b. Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PDC.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

c. Probabilidade de *Default* Direta (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o Período Emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em “t”, sobre o número de operações com indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da Caixa (4 anos) e uma frequência mensal.

3. *Loss Given Default* (LGD)

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base o histórico da Caixa (4 anos) relativo a todos os contratos que entraram em *default*, e considerando a antiguidade desses contratos em *default*, de forma a refletir as

diferentes expectativas de recuperação em créditos com diferentes níveis de antiguidade de incumprimento.

No apuramento da LGD deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*. Os contratos que se encontravam em *default* no primeiro mês do histórico não são considerados no cálculo.
- Identificação dos influxos relacionados com o contrato, ocorridos entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na recolha dos fluxos de caixa deverão ser:

Incluídas

- recuperações por via de pagamentos dos clientes;
- recuperações por via de execução ou dação de colaterais, deduzidas de custos suportados;
- recuperações posteriores a abates contabilísticos.

Excluídas

- recuperações que foram anuladas/estornadas;
- recuperações através de abate de créditos;
- recuperações através de reestruturação de créditos.

3.1. Operações em *default* em aberto

De forma a determinar a perda em contratos de crédito que estando em *default* no histórico, à data de referência ainda não estavam totalmente recuperados ou dados como irrecuperáveis, deverá ser realizada uma estimativa, determinada da seguinte forma:

- Para operações colateralizadas, a estimativa de recuperação corresponde ao mínimo entre o valor da exposição e o valor do colateral ajustado por um *haircut* de 15%, independentemente do valor do colateral;
- Para operações que não tenham qualquer colateral, é calculada uma estimativa com base no produto das taxas de recuperação por segmento e a exposição da operação em *default*, para o momento "t" (que corresponde ao número de meses consecutivos após o *default* para o qual se está a proceder à estimação de recuperações futuras).

3.2. Operações Reestruturadas

Nos casos em que operações em *default* foram reestruturadas, devem-se continuar a considerar recuperações relativas a essa operação, via operação reestruturante.

A prestação recebida via operação reestruturada deve ser rateada para possibilitar a alocação de uma parte da prestação recebida à operação reestruturada. O rateio é feito ponderando a exposição da operação reestruturada pela exposição total das operações (reestruturada e reestruturante).

Caso a operação sofra uma reestruturação, e o *default* não se encontre fechado à data de referência, é seguido o procedimento anteriormente descrito, aplicando-se um ajustamento à recuperação estimada de 10% ou 30%, conforme a operação seja feita por via de colateral ou recuperação estimada futura, respetivamente.

3.3. Alisamento

O procedimento de alisamento de fatores de risco é um processo que assegura a continuidade estatística das probabilidades calculadas para a LGD. Para o período em observação, é gerada uma curva de tendência logarítmica, com o fim de obter um modelo estatístico que descreve a probabilidade em função do tempo.

No caso de se verificarem *outliers* (variações significativas para um período de observação) é necessário efetuar o respetivo ajustamento, de forma a refletir-se na otimização na função logarítmica, e consequentemente no coeficiente de determinação.

No caso de não existir estatística suficiente para definição de probabilidades de um segmento, deverá ser utilizada a estatística de outro segmento com características comuns.

3.4. Cálculo da LGD

O valor da LGD de um contrato é dado pela dedução a cada unidade de crédito da percentagem de recuperações atualizadas pela taxa de juro original do contrato, face ao saldo a essa mesma data. O valor da LGD por segmento é dado pela média das LGDs enquadráveis no segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGDs são atualizadas anualmente.

4. Exposição (EAD)

A EAD trata-se da exposição em risco sobre a qual deverá ser apurado o montante de imparidade dos contratos de crédito. Deste modo, deverão ser incluídos todos os montantes de crédito registados em Balanço à data de referência, nomeadamente:

- Capital vincendo;
- Capital vencido;
- Juros corridos;
- Juros vencidos;
- Juros de Mora.

Cálculo dos montantes da imparidade coletiva

O cálculo dos montantes de **Imparidade Coletiva** resulta da aplicação das fórmulas seguidamente descritas:

1. Carteira Homogénea sem Indícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira homogénea sem indícios de imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PI \times PDC \times LGD + EAD \times PDD \times LGD$$

2. Carteira Homogénea com Índícios de Imparidade

O montante de imparidade da carteira com Índícios de Imparidade resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times PDC \times LGD$$

3. Carteira Homogénea em *Default*

O montante de imparidade da carteira em *Default* resulta da diferença entre o valor de balanço e o recuperável, através da aplicação da seguinte fórmula a cada um dos segmentos homogéneos:

$$\text{Imparidade}^{\text{segmento}} = EAD \times LGD$$

4. Exposições Extrapatrimoniais

Para efeitos do cálculo de imparidade, as exposições incluem, além dos montantes em dívida reconhecidos em balanço, as posições extrapatrimoniais, transformadas em equivalentes de crédito pela aplicação do parâmetro FCC (fator de conversão de crédito).

O montante de imparidade das posições extrapatrimoniais é efetuado da seguinte forma:

a) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes sem indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times FCC \times (PI \times PDC + PDD) \times LGD$$

$$\text{Imparidade}_{\text{GP}}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times FCC \times PDC \times LGD$$

No caso particular das garantias prestadas, a sua execução traduz-se num índice de imparidade. Deste modo, por estarem embutidos nos FCC, não deverão ser aplicados a PI e a PDD.

b) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes com indícios de imparidade:

$$\text{Imparidade}_{\text{Linhas}}^{\text{segmento}} = \text{Linhas não utilizadas} \times FCC \times PDC \times LGD$$

$$\text{Imparidade}_{GP}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{PDC} \times \text{LGD}$$

c) Exposições extrapatrimoniais relativas a clientes em *default*:

$$\text{Imparidade}_{GP}^{\text{segmento}} = \text{Garantias Prestadas} \times \text{FCC} \times \text{LGD}$$

Metodologia de cálculo da imparidade individual

A metodologia de apuramento da **imparidade individual** divide-se nas seguintes atividades:

1. Identificação de evidência objetiva de imparidade

A cada data de reporte, é selecionado um conjunto de clientes, que pela sua relevância para a Caixa são considerados como significativos, conforme descrito anteriormente. Os referidos clientes são sujeitos a um procedimento de análise individual, de forma a concluir sobre a existência de evidência de imparidade e, eventualmente, a determinação do montante de imparidade.

No caso dos clientes que sejam sujeitos a análise individual, e em que não é identificada evidência objetiva de imparidade, os seus créditos serão incluídos em segmentos homogêneos de risco por forma a serem incluídos na determinação de imparidade coletiva.

2. Determinação do montante de imparidade individual

Se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, o valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas por eventos que ainda não ocorreram), descontados à taxa de juro original do contrato.

O valor de balanço a considerar abrange todos os montantes registados em Balanço relativos ao crédito em questão, nomeadamente:

- Capital vincendo
- Capital vencido
- Juros corridos
- Juros vencidos
- Juros de Mora

A análise individual efetuada, nos termos previstos na carta circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal, foi suportada em:

- Análise de informação financeira para avaliação da capacidade de geração de fluxos de caixa (Redução das receitas brutas; Redução do resultado líquido; Redução do rácio capital/ativo ou capitais próprios negativos; Aumento do rácio de endividamento/capital próprio; Aumento dos custos de financiamento; Fluxos de caixa insuficientes face aos encargos da dívida);

- Análise de aspetos contratuais (Incumprimento das condições contratuais; Incumprimento pontual do serviço da dívida; descobertos pontuais não autorizados (no último ano); Cheques devolvidos; Pagamentos através de livranças; Utilização de linha de crédito no limite autorizado com sucessivas renovações; Crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente; Existência de abates ao ativo de créditos vencidos ou empréstimos reestruturados no sistema bancário);
- Análise do colateral (Natureza; Liquidez do ativo; Senioridade da hipoteca; Existência de registo e propriedade; Antiguidade da avaliação; Rácio "Loan to value" (LVT) da operação);
- Outros aspetos (Instabilidade na Gestão/ estrutura acionista; Enfraquecimento da posição competitiva no mercado; Dívidas à Administração Central - SS e Finanças – e/ou empregados; Abertura de processo de insolvência ou inclusão em PER; Interveniente enquanto réu em processos judiciais; Setor de atividade; Insucesso ou inexistência de um plano de recuperação de negócio; outras informações disponíveis).

No âmbito da análise individual, para efeitos de cálculo do montante de imparidade:

- Ao valor dos colaterais foram deduzidos ónus e possíveis custos de venda e/ou manutenção e foram aplicados os fatores de desconto previstos na carta circular n.º 2/2014, quer devido ao intervalo temporal a decorrer até à recuperação do montante em dívida, quer em função da antiguidade da avaliação mais recente;
- À exposição não garantida, foram aplicados os critérios definidos no Anexo II da carta circular n.º 2/2014.

Realizar uma estimativa do valor e do momento de recuperação dos fluxos de caixa futuros de um crédito envolve algum julgamento profissional. A melhor estimativa dos mesmos deverá ser baseada em pressupostos razoáveis/suportáveis e em dados observáveis na data da mensuração da imparidade, sobre a capacidade do cliente efetuar pagamentos ou serem realizadas execuções/recebimentos em dação de colaterais.

A Caixa constitui provisões de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho. No caso de as perdas por imparidade estimadas serem superiores às provisões apuradas de acordo com os mínimos estabelecidos no Aviso acima referido, é efetuado um reforço das provisões em balanço pela respetiva diferença.

m) Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O período emergente encontra-se descrito na alínea anterior.

n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

Conforme referido acima, os seguintes parâmetros de risco concorrem para o cálculo da imparidade coletiva: Probabilidade de Indício (PI), Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC), Probabilidade de *Default* Direta (PDD), *Loss Given Default* (LGD) e Fator de Conversão do Crédito (FCC). Os

resultados do cálculo podem ser consultados nas tabelas presentes nas divulgações quantitativas.

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

Considerando que, com referência a junho e dezembro de 2015, a CEMAH foi dispensada do reporte ao Banco de Portugal exigido pela Instrução n.º 4/2011 sobre Testes de Esforço, e que os cálculos de imparidade da carteira de crédito respetivos concluíram pela existência de um excedente confortável de provisões registadas contabilisticamente face às provisões constituídas nos termos do Aviso n.º 3/95, a Caixa procedeu à realização de testes simplificados no âmbito de processos que implicam projeções futuras, entre outras, do comportamento da carteira de crédito, nomeadamente da imparidade que lhe está subjacente.

No âmbito do exercício efetuado concluiu-se que nenhum dos testes colocou em causa a solidez financeira da Instituição, pelo que se considera que a Caixa possui os fundos próprios adequados para fazer face a acontecimentos não expetáveis, mas plausíveis.

As divulgações quantitativas previstas na Carta-Circular n.º. 02/2014/DSP do Banco de Portugal apresentam-se conforme segue:

a.1) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição 31.12.2015						Imparidade 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Administração pública (regional e local)	110	110	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.198	18.063	1.869	5.252	2.135	858	- 543	- 255	- 288
Consumo	1.125	1.041	33	69	84	18	- 21	- 4	- 17
Habitação	18.625	17.934	604	498	691	268	- 179	- 15	- 163
Outros - Empresas e ENI's	154.163	143.622	20.122	59.867	10.541	2.501	- 4.594	- 2.162	- 2.432
Outros - Particulares	18.933	15.923	1.349	4.844	3.010	1.415	- 1.518	- 308	- 1.210
Total	213.154	196.693	23.977	70.530	16.461	5.061	- 6.855	- 2.745	- 4.110

Unidade: Milhares de euros

Segmento	Exposição 31.12.2014						Imparidade 31.12.2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Administração pública (regional e local)	501	501	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.808	16.885	-	6.550	3.923	2.540	2.236	243	1.993
Consumo	1.280	1.194	99	37	86	24	27	7	20
Habitação	19.727	19.139	853	1.164	588	14	284	157	127
Outros - Empresas e ENI's	134.895	125.800	657	39.548	9.095	1.753	3.958	1.549	2.409
Outros - Particulares	19.893	16.420	295	4.461	3.473	1.037	1.338	248	1.090
Total	197.104	179.939	1.903	51.761	17.165	5.369	7.842	2.203	5.639

Unidade: Milhares de euros

a.2) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição Total 31.12.2015	Da Exposição Total 31.12.2015					Imparidade Total 31.12.2015	Da Imparidade Total 31.12.2015			
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias			Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30 dias	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias
		Sem Indícios	Com Indícios	Sub-total							
Administração pública (regional e local)	110	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.198	7.485	10.307	17.792	-	2.135	- 543	- 247	- 9	-	- 288
Consumo	1.125	823	104	927	20	65	- 21	- 2	- 2	- 4	- 13
Habitação	18.625	16.023	1.628	17.651	-	691	- 179	- 14	- 1	-	- 163
Outros - Empresas e ENI's	154.163	60.731	75.902	136.633	2.003	8.538	- 4.594	- 2.063	- 98	- 63	- 2.369
Outros - Particulares	18.933	9.015	6.362	15.377	172	2.837	- 1.518	- 288	- 20	- 51	- 1.159
Total Geral	213.154	94.187	94.303	188.490	2.195	14.266	- 6.855	- 2.614	- 130	- 118	- 3.992

Unidade: Milhares de euros

Segmento	Exposição Total 31.12.2014	Da Exposição Total 31.12.2014					Imparidade Total 31.12.2014	Da Imparidade Total 31.12.2014			
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30 dias			Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso < 30 dias	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias
		Sem Indícios	Com Indícios	Sub-total							
Administração pública (regional e local)	501	501	-	501,08	-	-	-	-	-	-	-
Construção e CRE	20.808	5.004	10.655	15.659	505	3.418	2.236	176	66	126	1.867
Consumo	1.280	1.013	178	1.191	29	58	27	6	0	7	14
Habitação	19.727	16.521	2.109	18.630	-	588	284	101	56	-	127
Outros - Empresas e ENI's	134.895	63.463	54.786	118.249	180	8.915	3.958	1.326	223	80	2.329
Outros - Particulares	19.893	9.179	5.067	14.245	27	3.446	1.338	149	99	9	1.080
Total Geral	197.104	95.681	72.794	168.475	740	16.425	7.842	1.759	445	222	5.417

Unidade: Milhares de euros

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

31.12.2015

Ano Produção	Administração pública (regional e local)			Construção e CRE			Consumo			Habitação		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores	2	-	-	34	6.341	- 197	1	480	- 12	1	11.665	- 173
2010	-	-	-	1	250	- 8	-	69	- 3	-	842	- 0
2011	-	-	-	7	3.282	- 74	-	30	- 1	-	914	- 1
2012	-	-	-	5	1.598	- 77	-	59	- 1	-	1.296	- 1
2013	-	-	-	5	475	- 5	-	81	- 1	-	1.354	- 2
2014	-	-	-	11	1.414	- 69	-	116	- 1	-	1.238	- 1
2015	1	110	-	34	6.838	- 113	200	290	- 2	631	1.315	- 1
Total Geral	3	110	-	97	20.198	- 543	201	1.125	- 21	632	18.626	- 179

31.12.2015

Ano Produção	Outros - Empresas e ENI's			Outros - Particulares			Total		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2009 e anteriores	210	37.107	- 1.293	995	7.550	- 804	1.243	63.143	- 2.479
2010	17	2.633	- 98	37	1.954	- 341	55	5.749	- 451
2011	51	9.718	- 340	53	1.042	- 52	111	14.986	- 468
2012	42	14.183	- 626	91	1.427	- 67	138	18.564	- 771
2013	57	31.903	- 1.103	42	1.548	- 96	104	35.360	- 1.206
2014	59	20.646	- 232	48	2.512	- 63	118	25.925	- 367
2015	362	37.974	- 902	346	2.899	- 94	1.574	49.427	- 1.113
Total Geral	798	154.164	- 4.594	1.612	18.932	- 1.518	3.343	213.154	- 6.855

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Ano Produção	Administração pública (regional e local)			Construção e CRE			Consumo			Habitação		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2008 e anteriores	-	-	-	49	4.936	591	50	556	22	350	10.997	230
2009	-	-	-	16	2.430	1.003	14	69	0	57	1.522	11
2010	-	-	-	10	194	34	36	132	0	56	882	4
2011	-	-	-	16	1.632	376	35	93	1	63	1.263	6
2012	-	-	-	18	5.977	90	29	137	1	53	1.406	9
2013	-	-	-	10	1.195	64	37	155	1	64	2.008	16
2014	1	501	-	39	4.445	77	57	137	1	60	1.649	8
Total Geral	1	501	-	158	20.808	2.236	258	1.280	27	703	19.727	284

31.12.2014

Ano Produção	Outros - Empresas e ENI's			Outros - Particulares			Total		
	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total	Nº operações	Montante	Imparidade Total
2008 e anteriores	275	22.229	789	670	5.147	265	1.394	43.865	1.898
2009	74	8.197	656	100	2.311	314	261	14.529	1.985
2010	53	4.033	89	104	1.342	309	259	6.583	438
2011	117	13.095	354	138	1.909	152	369	17.992	889
2012	151	18.126	570	182	2.120	64	433	27.767	735
2013	196	38.599	1.229	178	3.042	114	485	44.999	1.423
2014	418	30.616	270	392	4.021	118	967	41.369	473
Total Geral	1.284	134.895	3.958	1.764	19.893	1.338	4.168	197.104	7.842

Unidade: Milhares de euros

c.1) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por segmento

31.12.2015

Avaliação	Administração pública (regional e local)		Construção e CRE		Consumo		Habitação		Outros - Empresas e EN's		Outros - Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	14.289	- 276	-	-	254	- 90	104.018	- 2.725	1.984	- 575	120.545	- 3.666
Coletiva	110	-	5.909	- 267	1.125	- 21	18.371	- 89	50.145	- 1.869	16.949	- 943	92.609	- 3.189
Total	110	-	20.198	- 543	1.125	- 21	18.625	- 179	154.163	- 4.594	18.933	- 1.518	213.154	- 6.855

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Avaliação	Administração pública (regional e local)		Construção e CRE		Consumo		Habitação		Outros - Empresas e EN's		Outros - Particulares		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	16.843	1.999	82	0	405	49	94.183	2.844	4.485	881	115.997	5.773
Coletiva	501	-	3.965	237	1.198	26	19.322	235	40.712	1.114	15.408	457	81.107	2.069
Total	501	-	20.808	2.236	1.280	27	19.727	284	134.895	3.958	19.893	1.338	197.104	7.842

Unidade: Milhares de euros

c.2) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por sector de atividade

31.12.2015

Avaliação	Actividades de informação e comunicação		Actividades financeiras e de seguros		Actividades imobiliárias		Administração pública (regional e local)		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Alojamento, restauração e similares		Comércio e reparações		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	4.270	- 1.031	-	-	-	-	5.222	- 24	19.120	- 141	20.753	- 1.195	14.289	- 276
Coletiva	57	- 2	406	- 7	21	- 0	110	-	9.525	- 261	6.806	- 203	20.909	- 736	5.909	- 267
Total Geral	57	- 2	4.676	- 1.038	21	- 0	110	-	14.747	- 285	25.926	- 344	41.662	- 1.931	20.198	- 543

31.12.2015

Avaliação	Educação, saúde e apoio social		Electricidade, gás, água		Indústria do couro, madeira e cortiça		Indústrias alimentares, bebidas e tabaco		Indústrias extractivas		Indústrias metalúrgicas		Máquinas e equipamentos		Não Especificado	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	16.397	- 17	4.136	-	4.577	- 38	10.270	- 93	2.217	- 19	-	-	-	-	-	-
Coletiva	1.919	- 70	-	-	36	- 1	2.304	- 96	64	- 3	184	- 5	563	- 24	342	- 30
Total Geral	18.316	- 87	4.136	-	4.613	- 39	12.574	- 189	2.281	- 22	184	- 5	563	- 24	342	- 30

31.12.2015

Avaliação	Outras actividades		Outras indústrias transformadoras		Outros serviços empresariais		Particulares		Têxteis, vestuário		Transportes e armazenagem		Vidro, cerâmica e materiais de construção		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	8.211	- 48	2	- 0	3.966	- 41	2.238	- 665	-	-	4.877	- 78	-	-	120.545	- 3.666
Coletiva	4.708	- 196	29	- 2	2.290	- 135	34.863	- 1.042	143	- 19	1.275	- 73	146	- 17	92.609	- 3.189
Total Geral	12.919	- 244	31	- 2	6.256	- 176	37.101	- 1.707	143	- 19	6.152	- 151	146	- 17	213.154	- 6.855

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Avaliação	Actividades de informação e comunicação		Actividades financeiras e de seguros		Actividades imobiliárias		Administração pública (regional e local)		Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Alojamento, restauração e similares		Comércio e reparações		Construção	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	3.441	758	-	-	-	-	3.979	73	10.572	229	26.046	1.265	9.875	1.879
Coletiva	68	0	285	8	264	1	501	-	7.638	176	5.130	118	17.951	486	2.419	160
Total Geral	68	0	3.726	766	264	1	501	-	11.617	248	15.702	347	43.996	1.751	12.294	2.039

31.12.2014

Avaliação	Educação, saúde e apoio social		Electricidade, gás, água		Indústria do couro, madeira e cortiça		Indústria química		Indústrias alimentares, bebidas e tabaco		Indústrias extractivas		Indústrias metalúrgicas		Máquinas e equipamentos		Não Especificado	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	15.878	-	2.672	-	3.587	29	-	-	11.520	314	2.360	19	225	-	-	-	-	-
Coletiva	1.833	26	-	-	474	10	11	0	1.451	53	20	0	610	33	547	11	196	26
Total Geral	17.711	26	2.672	-	4.062	39	11	0	12.971	367	2.380	19	836	33	547	11	196	26

31.12.2014

Avaliação	Outras actividades		Outras indústrias transformadoras		Outros serviços empresariais		Particulares		Têxteis, vestuário		Transportes e armazenagem		Vidro, cerâmica e materiais de construção		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	7.240	64	7	0	8.417	59	4.758	930	-	-	5.420	155	-	-	115.997	5.773
Coletiva	2.908	65	33	4	2.330	105	34.443	705	162	3	1.595	42	237	36	81.107	2.069
Total Geral	10.148	130	41	4	10.747	165	39.201	1.635	162	3	7.015	197	237	36	197.104	7.842

Unidade: Milhares de euros

c.3) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individual e coletivamente por geografia

31.12.2015

	Portugal	
Avaliação	Exposição	Imparidade
Individual	120.545	- 3.666
Coletiva	92.609	- 3.189
Total	213.154	- 6.855

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

	Portugal	
Avaliação	Exposição	Imparidade
Individual	115.997	5.773
Coletiva	81.107	2.069
Total Geral	197.104	7.842

Unidade: Milhares de euros

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

A Informação não se encontra disponível.

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

31.12.2015	
Saldo inicial	57.129
Créditos reestruturados no período	50.751
Juros corridos	155
Liquidação de créditos reestruturados	30.613
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	1.833
Saldo final	75.590

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014	
Saldo inicial	35.211
Créditos reestruturados no período	38.414
Juros corridos	341
Liquidação de créditos reestruturados	15.951
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	885
Saldo final	57.129

Unidade: Milhares de euros

f) Detalhe do justo valor dos colaterais

31.12.2015

Justo Valor	Administração pública (regional e local)				Construção e CRE				Consumo			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	-	-	-	-	59	10.683	2	546	17	1.465	1	2
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	4	3.083	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	1	7.500	-	-	-	-	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	-	-	-	-	64	21.266	2	546	17	1.465	1	2

31.12.2015

Justo Valor	Habitação				Outros - Empresas e ENI's				Outros - Particulares				Total			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	444	43.355	2	25	380	54.098	17	2.509	228	25.431	6	343	1.128	135.031	28	3.425
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	23	15.895	2	1.304	2	1.592	-	-	29	20.570	2	1.304
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	20	37.804	1	2.157	-	-	-	-	20	37.804	1	2.157
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	4	28.777	1	5.000	-	-	-	-	5	36.277	1	5.000
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	1	10.105	-	-	-	-	-	-	1	10.105	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	444	43.355	2	25	428	146.679	21	10.969	230	27.023	6	343	1.183	239.787	32	11.885

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Justo Valor	Administração pública (regional e local)				Construção e CRE				Consumo			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	-	-	-	-	47	7.478	2	325	21	1.732	1	2
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	7	5.440	-	-	-	-	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	-	-	-	-	54	12.917	2	325	21	1.732	1	2

31.12.2014

Justo Valor	Habitação				Outros - Empresas e ENI's				Outros - Particulares				Total			
	Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
<0,5 M€	465	46.296	2	25	368	47.804	9	3.708	228	23.902	6	421	1.129	127.211	20	4.482
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-	-	-	25	16.907	-	-	3	2.037	-	-	35	24.383	-	-
>= 1 M€ e < 5 M€	-	-	-	-	15	30.680	-	-	-	-	-	-	15	30.680	-	-
>= 5 M€ e < 10 M€	-	-	-	-	2	10.718	1	5.000	-	-	-	-	2	10.718	1	5.000
>= 10 M€ e < 20 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 50 M€	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	465	46.296	2	25	410	106.109	10	8.708	231	25.940	6	421	1.181	192.993	21	9.482

Unidade: Milhares de euros

g) Rácio Loan-To-Value por segmento

31.12.2015

Segmento/Rácio	Nº Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Administração pública (regional e local)	-	110	-	-
Sem colateral associado	n.a.	110	-	-
Construção e CRE	64	18.063	2.135	- 543
Sem colateral associado	n.a.	10.625	292	- 221
< 60%	36	4.004	995	- 211
>= 60% e < 80%	17	2.203	484	- 75
>= 80% e < 100%	4	362	-	- 2
>= 100%	7	869	363	- 34
Consumo	17	1.041	84	- 21
Sem colateral associado	n.a.	714	36	- 9
< 60%	15	246	48	- 12
>= 60% e < 80%	2	80	-	- 0
>= 80% e < 100%	-	-	-	- -
>= 100%	-	-	-	- -
Habitação	444	17.934	691	- 179
Sem colateral associado	n.a.	1.505	72	- 19
< 60%	341	9.180	187	- 33
>= 60% e < 80%	58	3.708	280	- 96
>= 80% e < 100%	30	2.482	76	- 14
>= 100%	15	1.059	76	- 16
Outros - Empresas e ENI's	428	143.622	10.541	- 4.594
Sem colateral associado	n.a.	74.181	3.441	- 2.115
< 60%	235	24.392	1.952	- 667
>= 60% e < 80%	89	22.726	622	- 340
>= 80% e < 100%	54	10.881	3.977	- 1.243
>= 100%	50	11.443	548	- 228
Outros - Particulares	230	15.923	3.010	- 1.518
Sem colateral associado	n.a.	5.185	780	- 510
< 60%	154	4.746	802	- 332
>= 60% e < 80%	32	2.334	414	- 187
>= 80% e < 100%	20	2.054	316	- 137
>= 100%	24	1.603	698	- 351
Total	1.183	196.693	16.461	- 6.855

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Segmento/Rácio	Nº Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Administração pública (regional e local)	-	501	-	-
Sem colateral associado	n.a.	501	-	-
Construção e CRE	54	16.885	3.923	2.236
Sem colateral associado	n.a.	12.169	236	111
< 60%	26	1.545	405	118
>= 60% e < 80%	14	2.149	804	458
>= 80% e < 100%	5	689	163	44
>= 100%	9	333	2.313	1.504
Consumo	21	1.194	86	27
Sem colateral associado	n.a.	806	24	9
< 60%	19	365	63	18
>= 60% e < 80%	1	20	-	0
>= 80% e < 100%	-	-	-	-
>= 100%	1	3	-	0
Habitação	465	19.139	588	284
Sem colateral associado	n.a.	1.585	87	26
< 60%	351	9.582	228	89
>= 60% e < 80%	74	5.012	149	120
>= 80% e < 100%	27	1.897	124	42
>= 100%	13	1.062	-	7
Outros - Empresas e ENI's	410	125.800	9.095	3.958
Sem colateral associado	n.a.	69.938	2.749	1.309
< 60%	188	19.564	1.709	684
>= 60% e < 80%	84	13.442	3.548	1.137
>= 80% e < 100%	47	13.147	117	449
>= 100%	91	9.710	972	380
Outros - Particulares	231	16.420	3.473	1.338
Sem colateral associado	n.a.	6.569	709	534
< 60%	144	4.493	522	95
>= 60% e < 80%	36	1.849	358	100
>= 80% e < 100%	15	1.636	311	145
>= 100%	36	1.873	1.573	463
Total	1.181	179.939	17.165	7.842

Unidade: Milhares de euros

*h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução
- por tipo de ativo*

31.12.2015

Ativo	Nº de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	26	1.851	1.821
Rústico	22	1.729	1.704
Urbano	4	122	117
Edifícios construídos	49	8.926	8.101
Comerciais	14	5.327	4.932
Habitação	29	3.226	2.803
Outros	6	373	366
Total	75	10.777	9.922

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Ativo	Nº de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno	24	1.806	1.791
Rústico	20	1.689	1.676
Urbano	4	117	115
Edifícios construídos	38	6.178	5.880
Comerciais	10	3.276	3.146
Habitação	22	2.543	2.382
Outros	6	359	352
Total	62	7.983	7.671

Unidade: Milhares de euros

*h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação/execução (cont.)
- por tempo decorrido desde a dação/execução*

31.12.2015

Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5anos	Total
Terreno	155	465	318	883	1.821
Rústico	155	392	274	883	1.704
Urbano	-	73	44	-	117
Edifícios construídos	2.855	1.368	2.030	1.848	8.101
Comerciais	2.031	891	709	1.301	4.932
Habitação	824	477	1.069	433	2.803
Outros	-	-	252	114	366
Total	3.010	1.833	2.348	2.731	9.922

Unidade: Milhares de euros

31.12.2014

Tempo decorrido desde a dação/execução	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5anos	Total
Terreno	309	382	318	783	1.791
Rústico	238	382	274	783	1.676
Urbano	71	-	44	-	115
Edifícios construídos	1.701	893	1.381	1.905	5.880
Comerciais	865	395	350	1.536	3.146
Habitação	836	249	1.003	294	2.382
Outros	-	249	28	75	352
Total	2.009	1.274	1.699	2.688	7.671

Unidade: Milhares de euros

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

Não aplicável.

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

Segmento (31-12-2015)	PI	PDC	PDD	LGD
Estado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Colaboradores	6,38%	7,45%	0,00%	*
Cientes Relevantes	27,98%	31,04%	0,00%	*
Crédito à Habitação	9,61%	12,57%	0,00%	3,10%
Crédito ao Consumo	9,82%	23,27%	0,00%	7,83%
PGR	19,43%	21,01%	0,00%	17,93%
PSGR_semdescobertos	15,00%	15,01%	0,11%	24,43%
PSGR_descobertos	18,40%	12,28%	0,11%	22,22%
EGR	19,92%	32,08%	0,38%	9,67%
ESGR_semdescobertos	20,42%	37,21%	0,01%	24,43%
ESGR_descobertos	20,00%	36,27%	0,37%	22,01%

* Para efeitos de aplicação do LGD, os clientes dos segmentos "Colaboradores" e "Clientes Relevantes" foram inseridos nos restantes segmentos, de acordo com o tipo de produto, tipo de entidade e garantia.

Segmento (31-12-2015)	FCC
Limites de crédito	28,99%
Letras/Livranças	7,32%
Garantias Bancárias	20,00%

Reconciliação entre o montante de imparidade apurado de acordo com o modelo acima descrito e os montantes registados nas demonstrações financeiras

31.12.2015

Avaliação	Imparidade patrimonial	Imparidade extrapatrimonial	Imparidade total
Individual	- 3.665	- 30	- 3.695
Coletiva	- 3.189	- 105	- 3.295
Sub-total	- 6.855	- 135	- 6.990
Provisões para outros devedores	- 3	-	- 3
Total	- 6.857	- 135	- 6.993

Unidade: Milhares de euros

Nota: A imparidade da carteira de crédito não contempla as provisões para outros devedores.

31.12.2014

Avaliação	Imparidade patrimonial	Imparidade extrapatrimonial	Imparidade total
Individual	5.773	12	5.785
Coletiva	2.069	38	2.108
Sub-total	7.842	50	7.893
Provisões para outros devedores	4	-	4
Total	7.846	50	7.897

Unidade: Milhares de euros

Nota: A imparidade da carteira de crédito não contempla as provisões para outros devedores.

Provisões nas DF	Imparidade patrimonial
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	2.513
Provisões para crédito e juros vencidos	3.196
Provisões para riscos gerais de crédito	2.137
Total	7.846

Unidade: Milhares de euros

Provisões nas DF	Imparidade patrimonial
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	3.588
Provisões para crédito e juros vencidos	2.193
Provisões para riscos gerais de crédito	2.116
Total	7.897

Unidade: Milhares de euros

6.6. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica não apresenta valores a 31 de dezembro de 2015.

No mês de maio de 2014 a Caixa procedeu à venda de OT's 4,95% com maturidade em 25/10/2023 e OT's 4,80% com maturidade em 15/06/2020, que se encontravam classificadas como investimentos detidos até à maturidade. Em virtude desta venda, e de acordo com o disposto na IAS 39, a Caixa só poderá ter títulos ao vencimento no decorrer do exercício de 2017.

6.7. Ativos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2015 e 2014 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2013			
Valor bruto	7.279	25	7.304
Imparidade acumulada	(600)	-	(600)
Valor líquido	<u>6.679</u>	<u>25</u>	<u>6.704</u>
Movimento			
Adições	2.369	-	2.369
Alienações	(497)	-	(497)
Saldo em 31/12/2014			
Valor bruto	9.150	25	9.175
Imparidade acumulada	(1.381)	-	(1.381)
Valor líquido	<u>7.769</u>	<u>25</u>	<u>7.794</u>
Movimento			
Adições	3.892	-	3.892
Alienações	(584)	-	(584)
Saldo em 31/12/2015			
Valor bruto	12.458	25	12.483
Imparidade acumulada	(2.437)	-	(2.437)
Valor líquido	<u>10.021</u>	<u>25</u>	<u>10.046</u>

Os valores de adições registados nos exercícios de 2014 (€2.369 milhares) e 2015 (€3.892 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2015 foram alienados 3 imóveis, registados ao valor de €584 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €13 milhares de mais-valias (2014: alienados 8 imóveis, registados ao valor de €497 milhares, dos quais resultaram €34 milhares de menos-valias). Em 2015 foram revertidos €88 milhares de imparidades registadas (2014: €101 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.12.

6.8. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014					
Custo	9.610	3.417	110	91	13.228
Amortizações acumuladas	(2.636)	(2.965)	-	(3)	(5.604)
Valor líquido	<u>6.974</u>	<u>452</u>	<u>110</u>	<u>88</u>	<u>7.624</u>
Movimentos no exercício de 2014					
Saldo líquido de abertura	6.974	452	110	88	7.624
Adições	-	60	43	5	107
Transferências	-	85	(103)	-	(18)
Abates	-	(31)	-	-	(31)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	31	-	-	31
Amortizações do exercício	(195)	(189)	-	-	(384)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.779</u>	<u>409</u>	<u>50</u>	<u>93</u>	<u>7.330</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014					
Custo	9.610	3.531	50	95	13.287
Amortizações acumuladas	(2.830)	(3.123)	-	(3)	(5.957)
Valor líquido	<u>6.779</u>	<u>409</u>	<u>50</u>	<u>93</u>	<u>7.330</u>
Movimentos no exercício de 2015					
Saldo líquido de abertura	6.779	409	50	93	7.330
Adições	-	67	57	-	124
Transferências	-	54	(71)	-	(17)
Abates	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(195)	(154)	-	-	(349)
Saldo líquido de encerramento	<u>6.584</u>	<u>376</u>	<u>36</u>	<u>93</u>	<u>7.088</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015					
Custo	9.610	3.652	36	95	13.394
Amortizações acumuladas	(3.026)	(3.277)	-	(3)	(6.306)
Valor líquido	<u>6.585</u>	<u>375</u>	<u>36</u>	<u>92</u>	<u>7.088</u>

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2015 compreendem aquisições de máquinas contadoras de notas (€19 milhares), mobiliário diverso (€18 milhares), equipamento informático (€11 milhares) e a aquisição de uma ATM (€8 milhares).

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso a 31 de dezembro de 2014, foram passados a definitivo € 32 milhares de equipamentos informáticos e €17 milhares referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH.

A aquisição mais significativa verificada nos ativos tangíveis em curso (€24 milhares) diz respeito a Terminais de Pagamento Automático.

Em 2015 não foram abatidos ao ativo quaisquer equipamentos.

6.9. Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014				
Custo	2.620	112	77	2.809
Amortizações acumuladas	(1.903)	-	(46)	(1.949)
Valor líquido	<u>717</u>	<u>112</u>	<u>31</u>	<u>860</u>
Movimentos no exercício de 2014				
Saldo líquido de abertura	717	112	31	860
Adições	52	102	-	154
Transferências	-	(42)	-	(42)
Amortizações do exercício	(122)	-	(16)	(138)
Saldo líquido de encerramento	<u>647</u>	<u>172</u>	<u>15</u>	<u>834</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014				
Custo	2.672	172	77	2.920
Amortizações acumuladas	(2.025)	-	(62)	(2.086)
Valor líquido	<u>647</u>	<u>172</u>	<u>15</u>	<u>834</u>
Movimentos no exercício de 2015				
Saldo líquido de abertura	647	172	15	834
Adições	35	107	-	142
Transferências	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(134)	-	(15)	(149)
Saldo líquido de encerramento	<u>548</u>	<u>279</u>	<u>(0)</u>	<u>827</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015				
Custo	2.707	279	77	3.062
Amortizações acumuladas	(2.158)	-	(77)	(2.235)
Valor líquido	<u>548</u>	<u>279</u>	<u>(0)</u>	<u>827</u>

Das adições registadas em 2015 na rubrica de sistemas de tratamento automático de dados €24 milhares dizem respeito a um upgrade do equipamento de firewall, e €10 milhares ao desenvolvimento de módulos específicos e licenciamento do software de gestão utilizado.

A 31 de dezembro em 2015, do saldo de valor da rubrica Ativos intangíveis em curso constam €24 milhares referentes ao licenciamento do projeto de Reporting regulamentar e €27milhares de investimento na ferramenta utilizada no sistema de prevenção do branqueamento de capitais. O montante restante diz respeito ao projeto de modernização de aplicações já existentes (módulo de crédito, site institucional, Home e Mobile Banking) dotando-as com novos requisitos técnicos.

6.10. Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	340	-	-	46
	<u>340</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	572	-	346	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	79	-	459	-
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	-	88	-
- Riscos gerais de crédito	299	-	295	-
- Risco país	4	-	-	-
Prémios de antiguidade	32	-	35	-
Títulos (reserva justo valor)	32	-	(225)	-
Reavaliação imóveis	(19)	-	(20)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>999</u>	<u>-</u>	<u>978</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>1.339</u>	<u>-</u>	<u>978</u>	<u>46</u>

A 31 de dezembro de 2015 a CEMAH apresenta um prejuízo fiscal de €504 milhares. Da rubrica Sector dos Impostos correntes consta imposto a recuperar no montante de €340 milhares, resultante da diferença entre a estimativa do imposto a pagar referente à tributação autónoma (€31 milhares) e os valores dos pagamentos por conta (€356 milhares), adicional por conta (€3 milhares) e as retenções efetuadas por terceiros (€ 12 milhares).

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2015 e 2014 decompõe-se como segue:

	2015
Imposto corrente do exercício	31
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na fonte	(371)
	<u>(340)</u>
	<u>2014</u>
Imposto corrente do exercício	495
Pagamentos por conta, especial por conta e adicional por conta e retenções na fonte	(449)
	<u>46</u>

6.11. Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	-	20
Devedores por bonificações a receber	1.264	841
Outros devedores	280	419
	<u>1.544</u>	<u>1.280</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	8	8
Outros imóveis	-	-
Economato	45	41
Numismática e outros metais preciosos	11	11
	<u>64</u>	<u>60</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	87	296
	<u>87</u>	<u>296</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	147	3.397
	<u>147</u>	<u>3.397</u>
	<u>1.842</u>	<u>5.033</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€1.261 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€1 milhar) relativos a bonificações (2014: €839 milhares e €1 milhar, respetivamente).

Da rubrica Outras despesas com encargo diferido deixou de constar o acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios resultante da transição para as NCA, pois em 2015 estas foram já completamente amortizadas por contrapartida de resultados transitados, cerca de €194 milhares (ver nota 2.3.7). Esta rubrica contém também €87 milhares referentes a mensualização de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

As outras contas a regularizar incluem a 31 de dezembro de 2015 €35 milhares referentes a operações de bolsa a regularizar nos primeiros dias do exercício seguinte.

6.12. Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2015 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2015					
	Saldo em 31/12/2014	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31/12/2015
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	2.193	4.421	(3.398)	(20)	3.196
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	3.588	2.280	(3.355)	-	2.513
Provisões para riscos gerais de crédito	2.116	1.000	(979)	-	2.137
Provisões para risco-país	-	18	-	-	18
Outras Provisões	58	71	-	(58)	71
Total Provisões	7.955	7.790	(7.732)	(78)	7.935
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em ativos não financeiros	1.381	1.895	(777)	(61)	2.438
Total Imparidades	1.381	1.895	(777)	(61)	2.438
Total provisões e imparidades	9.336	9.685	(8.509)	(139)	10.373

Movimentos em 2014					
	Saldo em 31/12/2013	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31/12/2014
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.792	2.403	(1.676)	(327)	2.193
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	1.273	3.602	(1.287)	-	3.588
Provisões para riscos gerais de crédito	2.142	1.156	(1.181)	-	2.116
Outras Provisões	43	58	-	(43)	58
Total Provisões	5.250	7.219	(4.144)	(370)	7.955
Imparidade em tít. e part. financeiras	-	-	-	-	-
Imparidade em ativos não financeiros	600	1.547	(767)	-	1.381
Total Imparidades	600	1.547	(767)	-	1.381
Total provisões e imparidades	5.850	8.766	(4.911)	(370)	9.336

Das reposições de provisões para crédito de cobrança duvidosa efetuadas em 2015 consta uma reposição de imparidades de €1.650 milhares. O valor das imparidades apurado a 31 de dezembro de 2015 é inferior em cerca de €825 milhares face ao mínimo exigido pelo Aviso do Banco de Portugal nº. 3/95.

A partir de 1 de janeiro de 2016, e conforme o Aviso do Banco de Portugal nº 5/2015, a CEMAH passará a registar nas suas Contas apenas os valores apurados no âmbito das imparidades.

Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não financeiros, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio.

6.13. Recursos de bancos centrais

Esta rubrica não inclui qualquer valor a 31 de dezembro de 2015.

6.14. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €24 milhares (31 de dezembro de 2014: €90 milhares).

6.15. Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Recursos de Residentes		
Depósitos à ordem	65.503	59.474
Depósitos a prazo	184.420	151.468
Depósitos de poupança	89.092	97.592
Cheques e ordens a pagar	2.185	2.158
	<u>341.200</u>	<u>310.692</u>
Juros a Pagar	1.893	2.434
	<u>343.094</u>	<u>313.126</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Exigível à vista	<u>69.582</u>	<u>64.066</u>
Exigível a prazo		
Até 3 meses	74.677	72.769
De três meses a um ano	198.248	176.167
De um a cinco anos	587	124
	<u>273.512</u>	<u>249.059</u>
	<u>343.094</u>	<u>313.125</u>

A 31 de dezembro de 2015, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem oscilavam entre 0 % e 2% (31 de dezembro de 2014: 0% e 2%), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança entre 0,35% e 4% (31 de dezembro de 2014: 1% e 5%).

6.16. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.18)	18.970	19.134
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.18)	<u>(17.997)</u>	<u>(15.860)</u>
	<u>973</u>	<u>3.274</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	15	12
Sector público administrativo	285	288
Outros credores	<u>220</u>	<u>317</u>
	<u>519</u>	<u>617</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	414	409
Gastos gerais administrativos	88	111
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	<u>151</u>	<u>168</u>
	<u>653</u>	<u>688</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	<u>2.166</u>	<u>853</u>
	<u>2.166</u>	<u>853</u>
Outros Passivos	<u>4.311</u>	<u>5.432</u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos diretos junto da SIBS.

6.17. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	7.269	6.897
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	39.505	32.005
Disponibilidades à vista em outras IC's	11.841	8.520
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	<u>22.425</u>	<u>43.307</u>
	<u>81.040</u>	<u>90.729</u>

6.18. Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.18.1. Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio

por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "ProjectedCreditUnit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

	Pressupostos	
	31/dez/15	31/dez/14
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de rentabilidade do Fundo	2,50%	4,00%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/99	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2015 a Caixa tem 115 participantes no Fundo de Pensões, dos quais 54 são trabalhadores no ativo, 31 são reformados, 18 são pensionistas e 12 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2014: 115, 60, 28, 17 e 10, respetivamente).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes do fundo, esta apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	30.1	31.7
Ex-Trabalhadores	30.2	30.6
Reformados	14.9	15.9
Pensionistas	11.9	17.7

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2015 resumem-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos e ex-trabalhadores	9.719	10.848
Reformados e pensionistas	9.251	8.286
	<u>18.970</u>	<u>19.134</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	17.997	15.860
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(973)</u>	<u>(3.274)</u>

Em janeiro de 2016, a CEMAH efetuou uma contribuição no montante de €486 milhares, por forma a dar cumprimento ao mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal.

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Responsabilidades no início do exercício	19.134	16.634
Custo do serviço corrente	58	43
Custo dos juros	472	656
Pensões Pagas	(593)	(577)
Remensurações	(101)	2.378
Responsabilidades no fim do exercício	<u>18.970</u>	<u>19.134</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 14,95 anos (31 de dezembro de 2014: 13,7 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2015 e de 2014, relativo ao valor dos ativos do Fundo de Pensões foi como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	15.860	14.875
Contribuições	2.537	910
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(690)	(615)
Rendimento esperado dos activos	392	585
Remensurações	(103)	105
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	<u>17.997</u>	<u>15.860</u>

A taxa de rentabilidade real do fundo de pensões em 2015 foi de 1,8% (2014: 4,7%). A contribuição estimada efetuada em 22 de janeiro de 2016 ascende a €486 milhares.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Custo dos serviços correntes	58	43
Custo dos juros	472	656
Rendimento esperado dos ativos	(391)	(585)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(50)	(53)
Prémio de seguro	38	37
Total incluído em Custos com pessoal	<u>127</u>	<u>98</u>

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.16.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de rentabilidade do Fundo	(102)	105
Responsabilidades nas pensões	101	(2.378)
Outros	(58)	(2)
	<u>(59)</u>	<u>(2.275)</u>

As remensurações decompõe-se pelas seguintes categorias:

	31/12/2015		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	102	102
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(101)	-	(101)
	<u>(101)</u>	<u>102</u>	<u>1</u>

	31/12/2014		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	2195	(105)	2.090
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	185	-	185
	<u>2.380</u>	<u>(105)</u>	<u>2.275</u>

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	8.927	49,5%	4.498	28,3%
Ações	3.216	17,9%	2.325	14,7%
Imobiliário	206	1,1%	233	1,5%
Retorno Absoluto	657	3,7%	8.386	52,9%
Liquidez	4.991	27,7%	418	2,6%
	<u>17.997</u>	<u>100,0%</u>	<u>15.860</u>	<u>100,0%</u>

6.18.2. Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2015 é de €151 milhares (31.12.2014: €168 milhares). As remensurações ascenderam a €1milhar. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.16).

6.18.3. Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões e para o prémio de antiguidade são as seguintes:

	2015		2014	
	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade
Taxa de desconto - 0.5%	1.503	6	1.565	6
Taxa de desconto + 0.5%	(1.341)	(6)	(1.394)	(6)
Taxa de crescimento das pensões - 0.5%	(1.024)	-	(1.032)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.5%	1.119	-	1.128	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(426)	(6)	(466)	(6)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	459	6	504	6
Esperança de vida + 1 ano	(667)	-	659	-
Esperança de vida - 1 ano	663	-	(663)	-

6.19. Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2015, o capital estatutário da Caixa é de €18.122 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2014 €18.122 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Em 2014 a Caixa apresentou um resultado líquido do exercício negativo que se encontra registado no seu Capital. Não havendo, por isso, em 2015 lugar à distribuição de resultados definido acima.

Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	31-12-2015	31-12-2014
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	(153)	1.072
Reservas de reavaliação legal	569	569
	416	1.641
Impostos diferidos	32	(225)
	448	1.416

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em ativos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2015 e de 2014.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Reserva legal	2.035	2.035
Reserva Especial	4.004	4.004
Resultados Transitados	<u>(2.731)</u>	<u>(2.137)</u>
	<u><u>3.308</u></u>	<u><u>3.902</u></u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	2.035	1.808
Transf. Resultados Transitados	-	227
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>2.035</u>	<u>2.035</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	4.004	3.777
Transf. Resultados Transitados	-	227
Saldo no fim do período	<u>4.004</u>	<u>4.004</u>
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	(2.137)	(462)
Resultado líquido ano anterior	(342)	1.701
Amortização de diferença em responsabilidades com pensões (Transição NCA's)	(194)	(194)
IAS 19 - Remensurações	(58)	(2.275)
Transf.p/ Capital	-	(227)
Distribuição dividendos	-	(227)
Transf.p/ reserva legal	-	(227)
Transf.p/ outras reservas	-	(227)
Impostos diferidos	-	-
Saldo no fim do período	<u>(2.731)</u>	<u>(2.137)</u>
	<u>3.308</u>	<u>3.902</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias (conforme a alínea a) do artigo 27º dos Estatutos da CEMAH). A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até atingir pelo menos 25% da totalidade dos depósitos. De acordo com os Estatutos, o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2015 esta reserva não registou qualquer variação por via da distribuição de resultados (2014: €227 milhares).

A reserva especial só pode ser utilizada para cobrir prejuízos resultantes das atividades correntes. A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva especial seja anualmente creditada com pelo menos 5% do lucro líquido anual. De acordo com os Estatutos o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2015 esta reserva não registou qualquer variação por via da distribuição de resultados (2014: €227 milhares).

6.20. Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	9.206	10.746
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	30	1.020
Ativos dados em garantia (i)	<u>5.652</u>	<u>5.415</u>
	<u>14.888</u>	<u>17.181</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	37.150	51.153
Garantias reais (activos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>246.841</u>	<u>205.029</u>
	<u>283.991</u>	<u>256.182</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	18.353	21.910
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>1.579</u>	<u>1.623</u>
	<u>20.804</u>	<u>24.405</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>2.900</u>	<u>1.850</u>
	<u>2.900</u>	<u>1.850</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	44	45
De cobrança de valores	<u>1.224</u>	<u>1.895</u>
	<u>1.268</u>	<u>1.940</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	<u>81.117</u>	<u>61.961</u>
	<u>81.117</u>	<u>61.961</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	1.503	1.485
Juros vencidos	138	265
Contas diversas (iv)	<u>126.816</u>	<u>87.839</u>
	<u>128.457</u>	<u>89.589</u>

i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €5.652 milhares (2014: €5.415 milhares);

ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;

iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão).

iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

6.21. Margem Financeira

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	1	5
Disponibilidades s/ Instituições de Crédito	4	-
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	63	70
Depósitos	397	855
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	584	621
Empréstimos	4.116	4.999
Crédito conta corrente	77	77
Descobertos DO	1.516	1.560
Particulares		
Habitação	583	613
Consumo	674	808
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	104	173
Empréstimos	1.528	1.609
Crédito conta corrente	14	15
Descobertos DO	278	320
Outros créditos e valores a receber (titulados)	163	49
Crédito vencido	315	157
Juros e rendimentos similares outros activos	1.050	1.093
Devedores e outras aplicações	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	109	116
	<u>11.576</u>	<u>13.138</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos de bancos Centrais	-	9
Recursos IC país	-	(-)
Depósitos à ordem	128	113
Depósitos a prazo do tipo promissória	3.766	4.304
Depósitos a prazo do tipo poupança	2.397	2.288
	<u>6.291</u>	<u>6.715</u>
Margem financeira	<u>5.285</u>	<u>6.424</u>

Em 2015, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada nos juros das aplicações a prazo da CEMAH (€458 milhares), resultante tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior, como da limitação legal à concentração de risco por entidade, que levou a que a CEMAH tivesse que optar por alternativas de aplicação do seu excedente de liquidez diferentes dos depósitos em outras instituições de crédito.

Dos juros e rendimentos similares de outros ativos constam os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda.

6.22. Rendimentos de instrumentos de Capital

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital inclui os dividendos recebidos da participação na SIBS (€15 milhares).

6.23. Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Outras comissões recebidas		
Por serviços bancários prestados	203	183
Por garantias prestadas	420	395
Emissão de cheques	91	100
Comissões de processamento	468	509
Multibanco	637	650
Comissões de manutenção	18	18
Comissão levantamento numerário	55	57
Outras	6	9
	<u>1.898</u>	<u>1.921</u>
Outras comissões pagas		
Por operações realizadas por terceiros	(119)	(97)
Outras	(523)	(323)
	<u>(642)</u>	<u>(420)</u>
	<u>1.256</u>	<u>1.501</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €315 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário. Das Outras comissões pagas, €250 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário.

6.24. Resultados Líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	158	118
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	1.579	2.108
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	-	938
	<u>1.737</u>	<u>3.164</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos relacionados com os câmbios EUR/USD e EUR/CAD.

Os ganhos e perdas na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda resultam incremento das operações realizadas, decorrente da alocação de liquidez (cerca de €24.000 milhares) a este tipo de investimentos, como forma de rentabilização do excedente de liquidez disponível, que, na conta da CEMAH junto do Banco de Portugal, se encontraria sujeito a taxas de juro negativas.

6.25. Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em outros ativos tangíveis	27	4
Outras receitas operacionais	128	84
	<u>155</u>	<u>88</u>
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	32	170
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	12	74
Perdas em activos não financeiros	13	38
Outros gastos operacionais	155	370
Outros impostos	34	23
	<u>246</u>	<u>675</u>
	<u>(92)</u>	<u>(587)</u>

Os ganhos em outros ativos tangíveis respeitam a mais-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

Dos outros gastos operacionais constam, entre outros, as perdas suportadas pela CEMAH aquando de abatimentos ao ativo, pagamentos efetuados pela utilização dos serviços da Bloomberg e do BPnet do Banco de Portugal bem como a contribuição para o Fundo de Resolução.

6.26. Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	237	227
Remunerações dos empregados	2.316	2.429
Encargos sociais obrigatórios	886	725
Outros custos com pessoal	145	100
	<u>3.584</u>	<u>3.481</u>

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Administradores executivos	2	2
Quadros superiores	12	9
Outros quadros	17	18
Administrativos	15	13
Outros colaboradores	60	63
	<u>106</u>	<u>105</u>

6.27. Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	81	90
Material de consumo corrente	106	81
Publicações	5	4
Material de higiene e limpeza	4	4
Outros fornecimentos de terceiros	48	67
Com serviços		
Rendas e alugueres	111	114
Comunicações	232	227
Deslocações, estadas e representação	49	98
Publicidade e edição de publicações	72	126
Conservação e reparação	154	256
Formação de pessoal	36	9
Seguros	24	20
Serviços especializados	1.305	1.319
Outros serviços de terceiros	21	22
	<u>2.248</u>	<u>2.437</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €1.305 milhares (2014: €1.319 milhares), representando àquela data cerca de 58% (2014: 54%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €232 milhares (2014: 227 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos

que, embora registando um decréscimo significativo face ao ano anterior, em 31 de dezembro de 2015 ascende a €154 milhares (2014: €256 milhares).

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2014 com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Revisão Legal de Contas	120	61
Outros serviços de garantia e fiabilidade	58	130
Outros	99	-
	<u>277</u>	<u>191</u>

6.28. Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Resultado antes de impostos	749	(486)
Variações patrimoniais não dedutíveis (Fundo de Pensões)	(252)	(1.106)
Provisões não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	3.635	4.189
Reversão de provisões tributadas	(4.582)	(1.102)
Menos valias fiscais	-	-
Outros valores	(55)	474
Resultado fiscal	<u>(504)</u>	<u>1.969</u>

A taxa nominal de imposto é de 21% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pelas variações patrimoniais relacionada com o Fundo de Pensões.

Uma vez que a Caixa apresenta um prejuízo fiscal, o montante do imposto a pagar estimado em €31milhares diz respeito apenas à tributação autónoma.

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2015:

	<u>2015</u>
Imposto corrente do exercício	31
Regularização de estimativa do exercício anterior	<u>(67)</u>
	<u><u>(36)</u></u>

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	999	978
Passivos	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>999</u>	<u>978</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	(221)	600
Reservas de reavaliação (justo valor)	257	(165)
Outras reservas e resultados transitados	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>37</u>	<u>435</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2015 e 2014 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balço		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2015	31.12.2015	01.01.2015	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	1.646	2.724	346	572	227	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito	2.188	377	459	79	(380)	
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	419	-	88	-	(88)	
- Riscos gerais de crédito	1.404	1.425	295	299	4	-
- Riscos país	-	18	-	4	4	
Prémios de antiguidade	168	151	35	32	(4)	-
Títulos (reserva justo valor)	(1.071)	153	(225)	32	-	257
Reavaliação imóveis	(97)	(93)	(20)	(19)	1	-
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
	<u>4.657</u>	<u>4.755</u>	<u>978</u>	<u>999</u>	<u>(236)</u>	<u>257</u>

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balço		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2014	31.12.2014	01.01.2014	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	733	1.646	169	346	177	-
- Excesso Aviso 3/95	414	2.188	95	459	364	
- Excesso Aviso 3/95 - Imóveis	-	419	-	88	88	
- Riscos gerais de crédito	1.403	1.404	323	295	(28)	-
Prémios de antiguidade	174	168	40	35	(5)	-
Títulos (reserva justo valor)	(260)	(1.071)	(60)	(225)	-	(165)
Reavaliação imóveis	(102)	(97)	(24)	(20)	3	-
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	-	-
	<u>2.362</u>	<u>4.657</u>	<u>543</u>	<u>978</u>	<u>599</u>	<u>(165)</u>

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%.

6.29. Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Nome da entidade

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Eduardo Barbosa do Couto

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

José António de Azevedo Pereira

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Em 31 de dezembro de 2014, as entidades relacionadas da Caixa eram as seguintes:

Nome da entidade

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

EVT - Autoagrícola - Sociedade Unipessoal

EVT - Empresa de Viação Terceirense, Lda.

Escola de Condução Ilha 3, Lda.

UNICOL - União Cooperativas Lacticínios Terceirense, UCRL

PRONICOL - Produtos Lácteos, SA

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração e Direção Geral

Carlos Manuel Brasil Silva Raulino

José Mancebo Soares

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

Nuno Alberto Melo Alves

José Humberto Farinha Melo

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

31 de Dezembro de 2015	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração e Direção Geral	Membros do Conselho Fiscal	Total
Ativos					
Crédito	1.283	391	49	-	1.723
	<u>1.283</u>	<u>391</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>1.723</u>
Passivos					
Depósitos	441	-	208	-	649
	<u>441</u>	<u>-</u>	<u>208</u>	<u>-</u>	<u>649</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	2	15	1	-	18
Comissões recebidas	0	0	-	-	0
	<u>2</u>	<u>15</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
Custos					
Juros e encargos similares	6	-	5	-	11
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos	0	24	-	-	24
	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24</u>

31 de Dezembro de 2014	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração e Direção Geral	Membros do Conselho Fiscal	Total
Ativos					
Crédito	1.732	4.317	30	-	6.079
	<u>1.732</u>	<u>4.317</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>6.079</u>
Passivos					
Depósitos	136	1.873	184	4	2.193
	<u>136</u>	<u>1.873</u>	<u>184</u>	<u>4</u>	<u>2.193</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	4	273	-	-	277
Comissões recebidas	0	8	-	-	8
	<u>4</u>	<u>282</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>285</u>
Custos					
Juros e encargos similares	11	2	10	-	23
Donativos	120	-	-	-	120
	<u>131</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>203</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	256	-	-	256
	<u>-</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>256</u>

Não foram constituídas quaisquer provisões específicas referentes a saldos com partes relacionadas.

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2015 e 2014 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

Entidades relacionadas da Caixa a 31 de dezembro de 2014:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direção Geral		Membros do Conselho Fiscal	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos								
Empréstimos em 1 de janeiro	1.732	5.450	4.317	4.514	30	20	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	1.900	1.780	-	5	15	25	-
Empréstimos pagos durante o ano	(2.349)	(5.618)	(388)	(197)	(12)	(5)	(5)	-
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>1.283</u>	<u>1.732</u>	<u>5.709</u>	<u>4.317</u>	<u>23</u>	<u>30</u>	<u>20</u>	<u>-</u>
Rendimento de juros	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>331</u>	<u>273</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Depósitos								
Depósitos em 1 de janeiro	136	723	1.873	1.483	184	6	4	5
Movimentos líquidos do ano	304	(588)	(912)	390	13	178	2	(0)
Depósitos em 31 de dezembro	<u>441</u>	<u>136</u>	<u>961</u>	<u>1.873</u>	<u>197</u>	<u>184</u>	<u>6</u>	<u>4</u>
Custo de juros de depósitos	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>10</u>	<u>0</u>	<u>10</u>

Entidades relacionadas da Caixa a 31 de dezembro de 2015:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direção Geral		Membros do Conselho Fiscal	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos								
Empréstimos em 1 de janeiro	1.732	5.450	451	429	50	-	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	1.900	301	168	37	-	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	(2.349)	(5.618)	(361)	(146)	(38)	-	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>1.283</u>	<u>1.732</u>	<u>391</u>	<u>451</u>	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento de juros	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>15</u>	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depósitos								
Depósitos em 1 de janeiro	136	723	-	-	143	-	-	-
Movimentos líquidos do ano	304	(588)	-	-	65	-	-	-
Depósitos em 31 de dezembro	<u>441</u>	<u>136</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>208</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de juros de depósitos	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6.30. Passivos contingentes

Fundo de Resolução

- a) O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento, e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:
- Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
 - Contribuições iniciais das instituições participantes;
 - Contribuições periódicas das instituições participantes;
 - Importâncias provenientes de empréstimos;
 - Rendimentos de aplicações de recursos;
 - Liberalidades; e
 - Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

A Caixa, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2015 a contribuição periódica efetuada pela Caixa ascendeu a €14 milhares, tendo por base uma taxa contributiva de 0,015%.

- b) No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adotada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetos ao Fundo de Resolução.

- c) Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:

- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
 - ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade BES Finance, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
 - iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências associadas a litígios.
- d) Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.
- e) Decorrente das deliberações referidas acima, também o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência do processo em curso de alienação do Novo Banco, do desfecho de ações judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da recente medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

Nas circunstâncias descritas, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pela Caixa dependem das condições em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

6.31. Eventos subsequentes

Em conformidade com o artigo 2º do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, datado de 7 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2016 as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas, a exemplo do que já era anteriormente requerido para as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável.

A Administração do Banco considera que a aplicação das NIC em 1 de janeiro de 2016 às suas demonstrações financeiras em base individual não irá originar impactos significativos.

- : - : - : - : - : - : -

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“Caixa” ou “CEMAH”) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 O presente conselho Fiscal tomou posse no dia 10 de Fevereiro de 2016, pelo que não pode acompanhar a atividade da Caixa no decurso do exercício económico de 2015. Porém, durante o período em causa, a atividade da Caixa foi acompanhada com a periodicidade e a extensão considerada adequada pelo Conselho Fiscal que se encontrava em funções à data. Com base no seu testemunho, emitido sob a forma de parecer em 14 de Março de 2016, é possível constatar que foi verificada a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Caixa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna. Foi também assegurada a observância da lei e dos estatutos.

3 Em conformidade, foram também acompanhados os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.. A Certificação Legal das Contas, em anexo, foi já apreciada pelo atual Conselho Fiscal, que aqui manifesta a sua concordância com o respetivo conteúdo.

4 No âmbito das nossas funções, uma vez mais tendo em consideração a informação recebida do anterior Conselho Fiscal, é lícito afirmar que foi verificado que:

- i) o Balanço, a Demonstração da posição financeira, as Demonstrações dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Caixa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do anterior Conselho Fiscal, os esclarecimentos recebidos do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

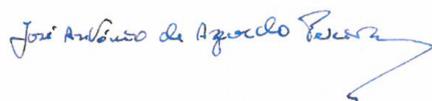
- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração, e a todos os colaboradores da Caixa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

7 Finalmente, o anterior Conselho Fiscal merece-nos também uma palavra de especial de apreço pela disponibilidade e diligência manifestadas no processo de transição e, em termos gerais, pela profissionalismo e correção no relacionamento institucional evidenciados.

15 de março de 2016

O Presidente do Conselho Fiscal



José António de Azevedo Pereira

O Vogal



João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

A Vogal



Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 372.065 milhares de euros e um total de capital próprio de 22.427 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 548 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e a de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos n.º 1/2005, n.º 4/2005 e n.º 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inserita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

14 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.